



Demonstrações Financeiras

Taurus Armas S.A.

31 de dezembro de 2018 e 2017
com Relatório dos Auditores Independentes.

Índice

Relatório da Administração 2018	03
Balanços patrimoniais	15
Notas explicativas	23
Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras	78
Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores	79
Parecer do Conselho Fiscal	80
Parecer do Comitê de Risco	81
Parecer dos auditores independentes.....	82



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2018

São Leopoldo, 29 de março de 2019

Prezados acionistas,

A administração da Taurus Armas S.A (Taurus), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e contemplam as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais conforme o International Financial Reporting Standards (IFRS) e os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações. Todas as comparações levam em consideração o ano de 2017, exceto quando especificado de outra forma.

Base de comparação pró-forma - A partir de janeiro de 2018, os resultados relacionados à operação de capacetes (unidades no Paraná e Bahia) são apresentados separadamente, sendo incorporados na linha de "Operações descontinuadas" na Demonstração de Resultados da Taurus S.A., de acordo com o estabelecido no CPC 31 para operações colocadas à venda.

De modo a manter a mesma base de comparação, este relatório considera uma visão pró-forma dos resultados de 2017 da Companhia, apresentando os resultados do segmento de capacetes também como "Operações descontinuadas" naquele ano.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Temos muito a comemorar com relação ao ano de 2018 e iniciamos o ano de 2019 com a confiança renovada na Taurus. Assumimos a administração, a partir de uma renovação que envolveu, além da minha posse, a nomeação de novo CFO e outros dois diretores e, imediatamente, "arregaçamos as mangas". Foi um ano de muito trabalho e também de importantes conquistas que nos dão a satisfação e o orgulho de ver os esforços empreendidos no sentido de reestruturar a Companhia mostrando bons resultados. A Companhia passou por momentos desafiadores nos últimos anos, mas os resultados de 2018 não representam apenas uma fase e sim um ponto de inflexão em sua história, pois foram feitas mudanças estruturais para tornar tal desempenho sustentável. A renovação envolve um caminho que estamos percorrendo na criação da nova Taurus, uma "jovem" empresa prestes a completar 80 anos, com ações listadas em bolsa de valores há mais de 30 anos. Hoje temos na Companhia nova filosofia de trabalho, um clima interno positivo e desafiador, e temos a satisfação de ver a Taurus se reafirmando como uma companhia ágil e inovadora.

Como parte do processo, e de modo a evidenciar todo esse movimento de renovação que estamos vivendo, mudamos a razão social da Companhia para Taurus Armas S.A., trazendo para o nome o nosso negócio foco, o que será ratificado na próxima Assembleia Geral. Estamos produzindo hoje aproximadamente 4,6 mil armas por dia nas nossas unidades do Brasil e dos EUA, a partir de processo industrial inovador e eficiente, onde a qualidade está em primeiro plano. Temos um importante diferencial na indústria, oferecendo ao mercado mundial um portfólio completo de armas leves, com revólveres, pistolas, armas táticas – fuzis e metralhadoras – e armas esportivas para tiro e caça, enquanto a indústria normalmente atua em apenas um desses segmentos.

Os resultados de 2018 não representam apenas uma fase e sim um ponto de inflexão, pois foram feitas mudanças estruturais para tornar tal desempenho sustentável.

Em termos operacionais, as diversas mudanças focaram produtos de qualidade, com tecnologia incorporada, competitivos no mercado mundial e que proporcionem maior rentabilidade para a operação. Adotamos e desenvolvemos processos operacionais eficientes e robustos, proporcionando estabilidade na produção. Hoje, não há interferência de colaboradores no ajuste de peças na montagem das armas, de modo que o processo de produção garante a qualidade. Atuamos de forma intensa na renovação do portfólio. O lançamento de produtos voltou a fazer parte do nosso dia a dia: foram 32 modelos de armas lançados em 2018, com boa aceitação nos mercados nacional e internacional, de modo que suas vendas representaram mais de 60% da receita líquida consolidada no ano. A receita cresceu no Brasil, nos EUA e nos

outros países para onde exportamos, atingindo R\$ 845 milhões de forma consolidada, montante 22% superior ao registrado em 2017. O bom desempenho das vendas em todos os países em que atuamos indica que reconquistamos a credibilidade dos consumidores, que responderam de forma muito positiva à qualidade dos produtos e à diversidade do portfólio. Com um dos lançamentos – o novo revólver Taurus Raging Hunter – ganhamos mais uma importante premiação internacional, o American Handgun of the Year 2019. O reconhecimento é mais uma mostra de que estamos no caminho certo.

Começamos em 2019 o processo de mudança de nossa unidade nos EUA da Flórida para o Estado da Geórgia. Após acordo firmado com o governo desse Estado norte-americano, com obtenção de benefícios importantes para a Taurus, iniciamos as obras da nova unidade que deverá ter capacidade de produção de 800 mil armas/ano, dobrando a atual capacidade que temos nesse país. Investir nos EUA representa reforçar a presença onde está o consumo, pois esse é o maior mercado mundial para armas leves, com demanda maior do que a oferta local. Além disso, a Companhia contratou a Galeazzi uma consultoria especializada, para implantar um forte plano de reestruturação de processos produtivos e administrativos. Ainda com relação ao mercado internacional, nossa estratégia envolve também reforçar a presença em outros países, continuando a buscar novos mercados. Fizemos importantes vendas em 2018 para países na Ásia e na África e ampliamos a receita das exportações – sem considerar as vendas nos EUA - em 44% ante o ano anterior. E foi seguindo esse rumo que, em fevereiro de 2019, assinamos um memorando de entendimentos (MoU, na sigla em inglês) para permitir o estudo de viabilidade de constituição de *joint venture* na Índia com empresa siderúrgica local. Se consumada a *joint venture*, teremos um novo grande mercado a explorar, com a fabricação e comercialização de armas nesse país cuja população, atualmente, é de 1,37 bilhão de pessoas e, portanto, conta com forças policiais e militares de grande efetivo.

Atuamos também firmemente em termos de redução de custos e desperdícios, realizando análises dos giros de estoques de matérias primas e maior frequência de inspeção para redução de perdas, auditorias e identificação de oportunidades com fornecedores, os quais foram requalificados. Os resultados foram consistentes no decorrer do ano, se traduzindo em ganho de receita com simultânea redução de custos. Com a “casa em ordem” e sem dívidas vencidas com fornecedores, o lucro bruto foi multiplicado em mais de três vezes em 2018, atingindo R\$ 307 milhões, com margem bruta de 36%, o que é superior à margem bruta das duas empresas estrangeiras de capital aberto do setor. Esse aumento foi obtido por mudança estrutural da Companhia e não por aumento de preço.

A geração operacional de caixa reflete o sucesso do empenho dedicado à adoção do novo planejamento estratégico. Já em 2018, excluindo despesas extraordinárias e não recorrentes relacionadas a acordo legal referente a processo nos EUA trazido de anos anteriores, alcançamos Ebitda ajustado positivo de R\$ 116 milhões, com margem de 14%, revertendo a posição negativa de 2017. Mais uma vez, essa é uma margem em linha com os competidores internacionais, inclusive superior à de uma das maiores empresas

cujos dados são públicos. E com esse acordo estabelecido e a provisão para seu pagamento realizada, resolvemos essa pendência sem assumir qualquer falha passada, mitigando futuras despesas relacionadas que aumentariam a cada ano.

No aspecto financeiro as mudanças foram igualmente significativas. De fato, a reestruturação da dívida bancária foi essencial para que pudéssemos dar foco na operação e na geração de caixa. São dois lados da mesma moeda que foram tratados de forma simultânea. Com o apoio de uma consultoria externa especializada, concluímos em julho a renegociação do endividamento com sindicato de bancos credores, que alongou o prazo de vencimento para cerca de US\$ 162 milhões em dívidas, que passou a ser de cinco anos, com carência de pagamentos das parcelas de amortização do principal e dos juros no ano de 2018. De uma dívida bruta de cerca de R\$ 900 milhões em 31 de dezembro de 2018, 50% passou a ter seu vencimento em 2022 e mais de 77% está no longo prazo. Ainda, temos acordo de renovação automática até 2022 de financiamentos à exportação que, no final de 2018, somavam R\$ 72,4 milhões, o que torna essa parcela da dívida, na prática, como de vencimento no longo prazo. Ao mesmo tempo, o acordo assinado reduziu a taxa média de juros, com impacto positivo para a Taurus de aproximadamente R\$ 120 milhões em encargos no prazo de cinco anos.

A reestruturação da dívida bancária foi essencial para que pudéssemos dar foco na operação e na geração de caixa.

Como parte desse acordo, e também em linha com nossa estratégia de focar a operação na fabricação e venda de armas, foi definida a alienação da operação de capacetes, com a destinação dos recursos que vierem a ser obtidos para a redução do endividamento. Destinamos à venda também, como garantia real da operação, o terreno da antiga sede da Companhia em Porto Alegre, com valor contábil de aproximadamente R\$ 50 milhões. O caixa gerado com a venda dos ativos será utilizado para redução do endividamento.

Outra medida tomada em 2018 foi o aumento do capital, por meio da emissão privada de quatro séries de bônus de subscrição, com prazos de exercício entre abril de 2019 e outubro de 2020. Foi vendida praticamente a totalidade dos 74 milhões de bônus de subscrição disponibilizados, com a entrada de R\$ 9,9 milhões em recursos para a Taurus. A conversão do bônus em novas ações representará aumento de capital de até R\$ 390 milhões, o que também permitirá reduzir a dívida e, ainda, reforçar o caixa da Companhia.

O ganho de eficiência, rentabilidade e geração de caixa na operação em 2018 se soma à redução dos custos de encargos da dívida, contribuindo com o sucesso da reestruturação. Temos convicção na capacidade da Companhia de honrar com os novos compromissos assumidos. Seguimos, assim, no caminho estabelecido pelo nosso planejamento estratégico, trazendo a Taurus para essa nova fase de crescimento.

As respostas positivas às ações empreendidas na Taurus foram quase que imediatas, o que nos deixa bastante confiantes. Retomamos o importante ativo representado pela credibilidade da marca, tanto no Brasil como no exterior. O ano de 2018 foi o primeiro com o resultado da nova Companhia, e que chegou a nos surpreender positivamente, especialmente em razão de se dar em paralelo à conjuntura econômica adversa que tivemos no Brasil. Acreditamos que nosso País vai crescer, e a Taurus também. Por isso a Companhia voltará a investir em CaPex, está voltando a investir no Brasil e continua aberta a oportunidades no mercado mundial.

Os avanços nos indicadores operacionais e financeiros, nos animam a seguir trabalhando de forma obstinada para o crescimento com rentabilidade sustentável e, conseqüentemente, buscando gerar valor para todos os acionistas. Agradecemos o apoio que temos encontrado em nossos parceiros, clientes, fornecedores, conselheiros e acionistas. Dirigimos um agradecimento especial para aqueles que, no dia a dia, materializaram todo esse processo de renovação da Taurus, transformando estratégias e planos em resultados: nossos colaboradores.

Salesio Nuhs
CEO

PRINCIPAIS INDICADORES

R\$ milhões	2018	2017	Var. %
Receita operacional líquida	845,3	695,3	21,6%
Mercado interno	150,5	106,4	41,4%
Mercado externo	694,8	588,9	18,0%
CPV	-537,7	-599,9	-10,4%
Lucro bruto	307,6	95,4	222,5%
Margem bruta (%)	36,4%	13,7%	+ 22,7 p.p.
Despesas operacionais - SG&A	-261,4	-256,2	2,0%
Resultado operacional (Ebit)	46,2	-160,8	-
Margem Ebit (%)	5,5%	-23,1%	+ 28,6 p.p.
Resultado financeiro líquido	-183,6	-110,3	66,5%
Lucro / (Prejuízo) líquido (operações continuadas)	-62,6	-280,7	-77,7%
Resultado líquido operações descontinuadas	2,7	-5,3	-
Lucro / (Prejuízo) líquido	-59,9	-286,0	-79,1%
Ebitda	78,9	-125,7	-
Margem Ebitda	9,3%	-18,1%	+ 27,4 p.p.
Ebitda ajustado*	116,2	-125,7	-
Margem Ebitda ajustada	13,7%	-18,1%	+ 31,8 p.p.

* O Ebitda ou Lajida não é um indicador utilizado nas práticas contábeis. Seu cálculo é apresentado no item "Ebitda" deste Relatório. O Ebitda ajustado exclui despesas não recorrentes de R\$ 37,1 milhões relacionadas a acordo judicial nos EUA ("Caso Burrow")

DESEMPENHO OPERACIONAL

O foco de atuação da Taurus é a produção e comercialização de armas leves, com as marcas Taurus, Rossi e Heritage, fabricadas em suas unidades do Brasil e dos EUA, com vendas para mais de 100 países.

Com produção notadamente para uso próprio e vendas pontuais para terceiros, sob encomenda, mantém o segmento de produção e comercialização de peças de metal injetado (M.I.M. – Metal Injection Molding). Em janeiro de 2018, a Companhia encerrou sua atuação no segmento de plásticos e, como parte do acordo firmado para reestruturação de seu passivo financeiro com sindicatos de bancos, colocou a operações de capacetes à venda.



A fábrica de armas em São Leopoldo, RS, centralizou no início de 2016 as operações de três antigas unidades com maior eficiência, a partir de processo industrial robusto, garantindo qualidade e produtividade. Com base nos novos protocolos de desenvolvimento de produtos e fabricação em linha, em 2018 a Taurus lançou 32 modelos, fazendo a divulgação dos novos produtos em diversos eventos de demonstração no Brasil e no exterior. Toda a linha de armas leves está atualizada de acordo com os novos protocolos de desenvolvimento e a produção de modelos com rentabilidade negativa foi encerrada.

Foram produzidas na unidade industrial do Brasil 791,5 mil unidades de armas em 2018 e, na unidade dos EUA, 325,6 mil, totalizando a produção de 1.117,1 mil armas no ano.



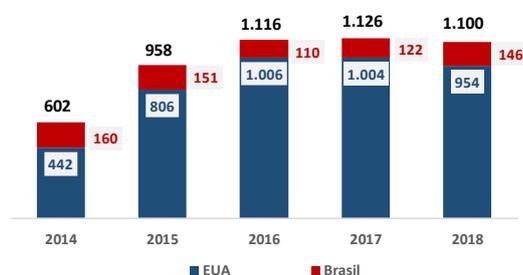
Em 2018, o **mercado de armas nos EUA** se manteve bastante competitivo para a indústria, sem que tenha sido verificado qualquer movimento de aceleração das vendas no comércio. O índice de intenções de compras de armas medido pelo “Adjusted NICS” (*National Instant Background Check System*) se manteve retraído no decorrer dos dois últimos exercícios (-13,0% em 2017 e -6,1% em 2018), após ter apresentado alta em 2016 em função da possibilidade de adoção de medidas restritivas em relação à aquisição e posse de armas nesse país. As vendas da Taurus, somando as unidades produzidas localmente e aquelas exportadas do Brasil, totalizaram 954,5 mil unidades, ante 1.003,6 mil no exercício anterior, com redução de volume de vendas de 5,0%.

Os lançamentos da Companhia, com produtos que incorporam inovação e qualidade, têm sido bem aceitos pelos consumidores norte-americanos e vêm, assim, contribuindo para recuperar a imagem da marca no mercado. Esses novos itens de linha e o posicionamento da Companhia permitiram manter bom desempenho de vendas nos EUA em 2018, mesmo com o mercado contraído.

No **mercado interno**, o aumento de 43,7% do volume de vendas no ano comparado a 2017 permite identificar a retomada da credibilidade e admiração pela marca também por parte do consumidor nacional. A diversificação do portfólio tem papel de destaque nesse processo, com os novos modelos representando parcela significativa das vendas. O mercado brasileiro mostrou retomada do nível de atividade no ano, tanto em termos de compras institucionais como de compras individuais, essas últimas representadas pela aquisição de armas por parte de policiais, magistrados e CAC’s (caçadores, atiradores e colecionadores) para uso particular. Isso comprova a volta da confiança na marca.

A Taurus vem empreendendo esforços comerciais no sentido de ampliar sua atuação em **outros mercados internacionais** (além dos EUA). A partir de autorizações obtidas no Ministério das Relações Exteriores e a realização de forte trabalho de *compliance* de modo a atender as exigências estabelecidas, vem obtendo sucesso em ampliar seus mercados, com destaque para vendas realizadas em países do Oriente Médio e Ásia em 2018. Do mesmo modo, são relevantes no ano, mesmo que menos expressivas em termos de volumes e valores absolutos, o aumento das vendas para outros países, como África do Sul e Alemanha, e a retomada ou abertura de novos mercados.

Volume de vendas - armas
(mil unidades)



DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

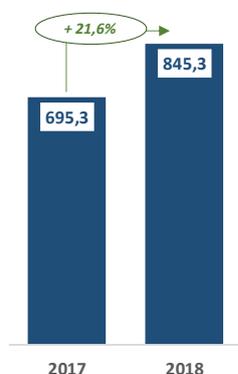
Receita Operacional Líquida

Com o encerramento das operações de plásticos e o compromisso assumido pela Companhia de vender a operação de capacetes, em 2018 a receita operacional líquida da Taurus passou a ser formada basicamente pela operação de armas, sendo complementada pela produção e venda de peças de metal-injetadas, ou M.I.M. (*metal injection molding*). Esse segundo segmento de atuação tem demanda pontual e pouca representatividade na Companhia.

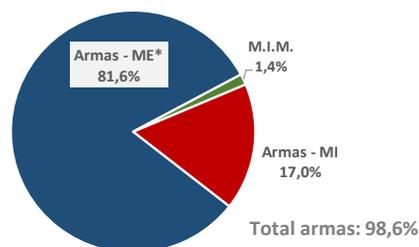
Em 2018, o ajuste realizado em termos de preço e mix de produtos com maior valor agregado contribuiu para o crescimento de 21,6% na receita operacional líquida consolidada em relação a 2017. No ano, a venda de novos modelos de armas respondeu por 60,8% da receita da Companhia. Também favoreceu o desempenho, o efeito positivo da

desvalorização cambial do real frente ao dólar norte-americano sobre as vendas no mercado externo, considerando que a maior parte da receita da Companhia é realizada em moeda estrangeira.

Receita Operacional Líquida



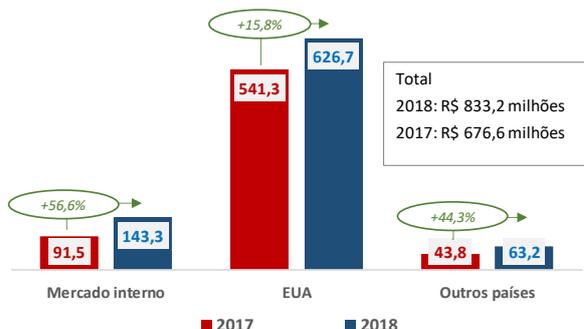
Receita Operacional Líquida Consolidada
2018 - R\$ 845,3 milhões



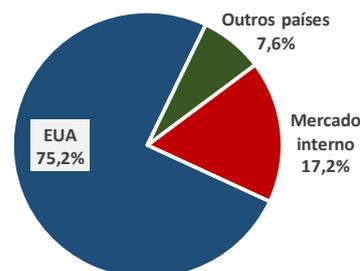
* Armas - ME inclui receita nos EUA e exportações para outros países

No **segmento de armas**, a receita líquida em 2018 foi de R\$ 833,2 milhões, superando em 23,1% o registrado no ano anterior. O crescimento se deu tanto na receita do mercado interno, como também do mercado norte-americano e na exportação para outros países, evidenciando o acerto da estratégia adotada, com foco em inovação, qualidade e rentabilidade. O trabalho que vem sendo desenvolvido começa a se refletir no retorno da credibilidade da Taurus e na percepção de qualidade de seus produtos por parte do mercado consumidor, o que se materializa na evolução positiva da receita de vendas.

Receita líquida de venda de armas por mercado
R\$ milhões



Receita líquida de armas 2018
R\$ 833,2 milhões



Mercado interno - Retomada de compras institucionais (polícias e Forças Armadas) e aumento das vendas individuais, que incluem policiais em geral, magistrados e CAC's (caçadores, atiradores e colecionadores) que adquirem uma arma para uso particular, e ampliação do portfólio de produtos com maior valor agregado.

EUA - Maior mercado mundial de armas leves e, portanto, também o principal mercado para os produtos da Taurus. Efeito positivo da valorização de 14,5% do dólar médio frente ao Real em 2018, além de melhor preço médio, com a boa aceitação dos produtos lançados.

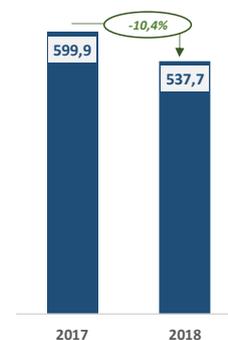
Outros países - Estratégia de diversificação geográfica das vendas. Exportação, a partir do Brasil, para 32 países, com destaque para as vendas para Omã, cuja receita representou mais de 40% do total dessas vendas.

Complementa o desempenho da Companhia, a receita líquida obtida com a venda de **peças de metal-injetadas (M.I.M. - Metal Injection Molding)**, que somou R\$ 12,1 milhões em 2018, com retração de 35,2% em relação ao registrado no exercício anterior (R\$ 18,6 milhões).

Custo dos produtos vendidos – CPV

Em 2018, foi mantido o foco em qualidade e inovação, visando garantir a rentabilidade e a retomada do crescimento dos negócios, de acordo com o plano estratégico. Esse modelo passa pela gestão de custos, com controle cuidadoso sobre as compras da Companhia, o que envolve o acompanhamento próximo dos giros de estoques de modo a evitar a realização de compras em excesso. Foi realizada a revisão das rotinas de compras, buscando identificar oportunidades com fornecedores, os quais foram requalificados, assim como garantir volumes e qualidade, mantendo custo adequado.

CPV (R\$ milhões)

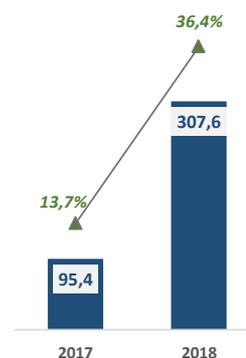


Lucro bruto

Com aumento da receita e simultânea redução dos custos em 2018, a Companhia obteve ganho de rentabilidade em relação a 2017, registrando margem bruta superior à das duas empresas estrangeiras de capital aberto do setor. O desempenho é resultado da adequação de processos e do mix de produtos, que envolveu ações como a eliminação de modelos com margens negativas, redesenho de componentes e investimento em pesquisa e desenvolvimento com o lançamento de produtos que incorporam inovação para o cliente e rentabilidade para a Companhia.

Lucro Bruto (R\$ milhões)

e Margem Bruta (%)



Despesas operacionais

	2018	2017	Var. %
Despesas com vendas	97,1	94,4	2,9%
Despesas gerais e administrativas	146,6	139,7	5,0%
Outras receitas/despesas operacionais*	17,7	22,2	-20,0%
Despesas operacionais (SG&A)	261,4	256,2	2,0%
<i>Desp. Operacionais/Receita Op. Líquida (%)</i>	<i>30,9%</i>	<i>36,8%</i>	<i>-5,9 p.p.</i>

* Inclui saldo da conta classificada como "Perdas pela não recuperabilidade de ativos"

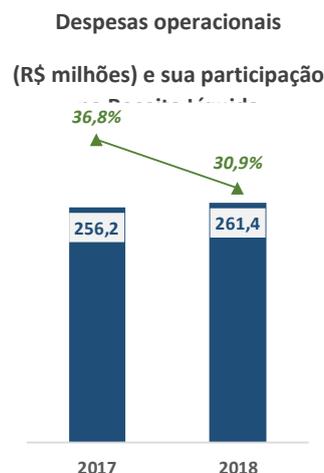
Despesas gerais & administrativas - Em dezembro/18, foram contabilizadas despesas não recorrentes relacionadas com demandas judiciais (ver “Eventos Subsequentes: Acordo judicial – “Burrow Case”) no montante de R\$ 15,6 milhões. As ações tomadas no âmbito do plano estratégico, como a eliminação de três diretorias não estatutárias e redução no quadro de pessoal, compensaram parcialmente a pressão das despesas adicionais.

Ainda que tenha onerado o resultado em 2018, a decisão da Companhia de firmar acordo no caso judicial nos EUA, a partir de recomendação de seus advogados, resolve essa pendência de dois anos, cancelando despesas futuras, uma vez que a manutenção do curso do processo envolveria custos crescentes.

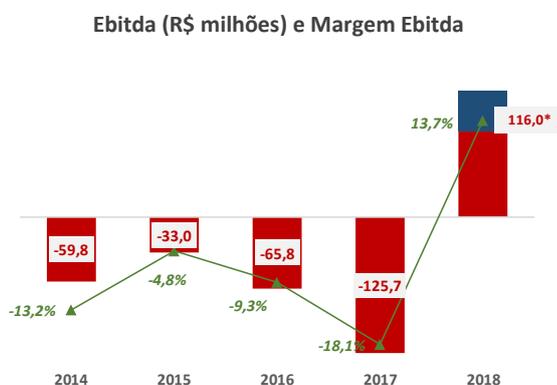
Despesas com vendas - Os controles adotados permitiram que a evolução da conta fosse inferior à da receita. O aumento registrado se deve, principalmente, às despesas variáveis, representada por comissões, fretes e seguros.

Outras despesas operacionais – Em 2018, também incluem despesas não recorrentes relacionadas ao “Burrow Case”, registradas no último trimestre do ano, que somam R\$ 21,5 milhões. Ainda assim, registrou recuo em relação ao saldo apresentado no exercício anterior.

Total das despesas operacionais - Sem considerar as despesas extraordinárias relacionadas ao acordo judicial nos EUA no total de R\$ 37,1 milhões registradas em 2018, a conta somaria R\$ 224,3 milhões, montante 12,5% inferior ao apurado no exercício de 2017.



Ebitda



O trabalho de reestruturação realizado visando a recuperação do crescimento da Companhia, focado em rentabilidade, inovação, qualidade e consequente melhora dos indicadores financeiros e operacionais, mostra seus efeitos. Excluindo as despesas extraordinárias relacionadas ao “Burrow Case” para questões judiciais de R\$ 37,1 milhões, o Ebitda ajustado de 2018 totalizou R\$ 116,0 milhões, a partir do aumento da receita, do lucro bruto e da evolução controlada das despesas operacionais, revertendo o desempenho negativo de R\$ 125,7 milhões de 2017. Naquele ano, o indicador foi impactado por alguns fatores como o aumento das provisões para contingências trabalhistas e cíveis e um *impairment* sobre os estoques.

Cálculo Ebitda – reconciliação de acordo com ICVM 527/12

R\$ milhões	2018	2017	Var. %
Resultado antes do resultado financeiro e tributos (Ebit)	46,2	-160,8	-
Depreciação e amortização	32,7	35,1	-6,8%
Ebitda	78,9	-125,7	-
Margem Ebitda	9,3%	-18,1%	-
<i>Burrow Case</i>			
Despesas gerais e administrativas	15,6	-	
Outras despesas operacionais	21,5	-	
Ebitda ajustado	116,0	-125,7	-
Margem Ebitda ajustada	13,7%	-18,1%	-

O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida) não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Esse indicador é uma medida gerencial, apresentado de forma oferecer informações adicionais sobre a geração operacional de caixa. Outras empresas podem calcular o Ebitda de maneira diferente da aqui apresentada.

Resultado financeiro

A Companhia registrou despesas financeiras totais de R\$ 211,7 milhões em 2018, montante 83,7% superior ao de 2017. O desempenho reflete, em boa parte, o efeito negativo da desvalorização do real frente ao dólar médio norte-americano de 14,5% sobre o pagamento de encargos da dívida bancária, uma vez que, em 31/12/18, 84,6% era em moeda estrangeira. Com a carência obtida para o pagamento da dívida e seus encargos de julho a dezembro de 2018, a partir do acordo firmado com sindicato bancário, a Companhia deixou de incorrer em tais despesas no segundo semestre do ano. Também é importante citar que a Taurus tem a maior parte de sua receita (81,6% da receita líquida consolidada em 2018) proveniente de vendas no exterior e, portanto, tem *hedge* natural para a variação cambial.

As receitas financeiras no ano somaram R\$ 28,1 milhões, levando ao resultado líquido de R\$ 183,6 milhões de despesas, com aumento de 66,5% em relação às despesas financeiras líquidas do ano anterior.

Resultado líquido

Em 2018, o desempenho da Taurus refletiu de forma positiva a reestruturação estrutural realizada, revertendo o desempenho do ano anterior com lucro operacional positivo. As despesas financeiras, no entanto, continuaram pressionando o resultado da Companhia. Com o registro de crédito referente à Imposto de Renda e Contribuição Social de R\$ 74,7 milhões e o resultado de operações classificadas como descontinuadas (operação de capacetes) positivo em R\$ 2,7 milhões, a Companhia reportou prejuízo líquido de R\$ 59,9 milhões no exercício. Comparado a 2017, quando foi registrado resultado líquido negativo de R\$ 286,0 milhões, fica evidenciado o avanço obtido a partir das medidas que vêm sendo tomadas para garantir a rentabilidade sustentável das atividades.

ENDIVIDAMENTO

Em julho/2018, a Companhia concluiu a renegociação de seu endividamento com os bancos, conduzida por consultoria externa especializada, sendo assinado novo acordo que envolve o reperfilamento de dívidas com um grupo de credores e a 3ª emissão pública de debêntures da Taurus. Foram estabelecidas novas condições de pagamento, prazo e taxa de juros.

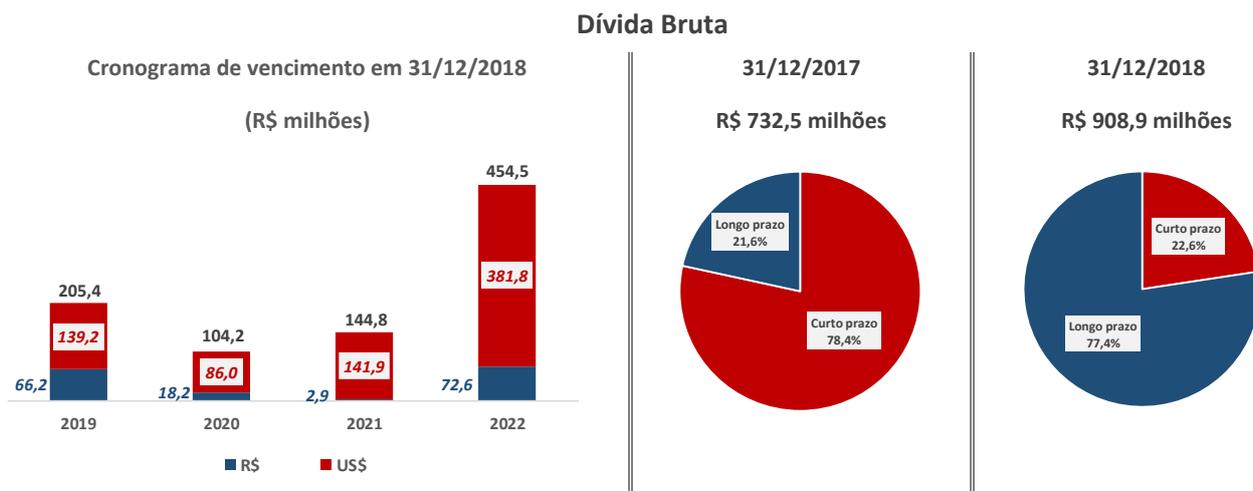
Foi estabelecido o alongamento do prazo de vencimento para cerca de US\$ 162 milhões em dívidas, que passou a ser de cinco anos, com carência de pagamentos das parcelas de amortização do principal e dos juros no ano de 2018. A primeira parcela foi paga em 21/01/2019. Com isso, no encerramento de 2018, 77,4% da dívida tinha vencimento no longo prazo.

Além disso, conforme nota explicativa que acompanha as Demonstrações Financeiras, a Companhia obteve alongamento no prazo e redução das taxas nas operações de PPE (Pré-Pagamento de Exportação) e ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio) que, juntas, perfazem aproximadamente R\$ 74,7 milhões. Esses valores estão contabilizados no curto prazo, mas o acordo firmado com o banco credor prevê sua renovação automática a cada vencimento, com a possibilidade de serem liquidadas até 17/10/2022. Em 31/12/2018, tal montante representa 36,4% do total da dívida de curto prazo.

A renegociação proporcionou redução de 50% da taxa de juros em relação ao vigente anteriormente, o que representa mais de R\$ 120 milhões em encargos em cinco anos, além da alteração no cronograma de amortizações, com alongamento do perfil da dívida.

O acordo assinado envolve a alienação de ativos que não estão associados às atividades foco da Companhia, como a operação de capacetes e terrenos de propriedade da Taurus.

Mudança do perfil do endividamento a partir da renegociação firmada em julho/2018



R\$ milhões	31/12/2018	31/12/2017	Var. %
Empréstimos e financiamentos	103,7	458,9	-77,4%
Debêntures	9,5	75,8	-87,5%
Adiantamento de recebíveis	48,5	15,4	214,2%
Saques cambiais	43,8	24,2	81,0%
Instrumentos financeiros	0,0	0,2	-100,0%
Curto prazo	205,4	574,5	-64,3%
Empréstimos e financiamentos	627,9	158,0	297,4%
Debêntures	75,6	0,0	-
Longo prazo	703,6	158,0	345,3%
Endividamento bruto	908,9	732,5	24,1%
Caixa e aplicações financeiras	29,6	9,5	213,0%
Endividamento líquido	879,3	723,0	21,6%

AUMENTO DE CAPITAL – EMISSÃO PRIVADA

Em reunião realizada em 05/10/18, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital, com a emissão de quatro séries de bônus de subscrição, totalizando 74 milhões de bônus, que dão direito à aquisição de novas ações da Companhia em prazos pré-definidos entre abril de 2019 e outubro de 2020, conforme Aviso aos Acionistas divulgado em 08/10/18. Foram subscritos 73,9 milhões de bônus e cancelados 100,1 mil não exercidos em razão de subscrições condicionadas (0,14% do total), o que proporcionou à Companhia R\$ 9,9 milhões.

A conversão dos bônus em novas ações poderá representar aumento de capital de até R\$ 390 milhões. Os recursos a serem obtidos serão direcionados para amortização da dívida e reforço do caixa da Companhia.

Todos os detalhes sobre o aumento de capital, inclusive sobre a conversão dos bônus de subscrição em ações, podem ser obtidos nos Avisos aos Acionistas disponíveis nos websites da CVM e de Relações com Investidores da Companhia datados de 08/10/2018; 21/11/2018 e 17/01/2019.

MERCADO DE CAPITALIS

Listada no Nível II da Bolsa Brasil Balcão – B3, segmento diferenciado de mercado no qual as Companhias assumem compromissos adicionais em termos de boas práticas de governança corporativa, as ações da Taurus apresentaram valorização em 2018, conforme tabela a seguir.

Desempenho das ações e Ibovespa

	FJTA3	FJTA4	IBOV	Valor de mercado
31/12/2017	R\$ 1,94	R\$ 2,15	76.383	R\$ 129,3 milhões
31/12/2018	R\$ 4,79	R\$ 4,05	88.104	R\$ 337,6 milhões
Varição	+146,9%	+88,4%	+15,3%	+161,1%

ACORDO PRELIMINAR – AÇÃO LEGAL NOS EUA (“BURROW CASE”)

Em 8 de janeiro de 2019, foi publicado Fato Relevante anunciando a celebração de acordo preliminar para encerrar a ação judicial estabelecida nos EUA contra a Taurus e sua controlada naquele país, a respeito de supostos defeitos apresentados em determinados modelos de revólveres de fabricação da Companhia com a marca Rossi durante determinado período.

O acordo preliminar envolve custo total estimado para a Companhia entre US\$ 7,1 e US\$ 7,9 milhões, o que inclui custos processuais, indenizações e honorários dos advogados dos autores da ação. A celebração do acordo definitivo nos termos propostos importará no reconhecimento de efeito negativo no resultado da Taurus, podendo afetar seu patrimônio líquido no montante acima citado.

O referido acordo pende de homologação final pela Corte Norte-Americana, prevista para ocorrer ainda no segundo semestre de 2019. Todos os pagamentos previstos no acordo somente se tornarão obrigatórios após a aprovação final e definitiva.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTOS (MOU) – OPERAÇÃO NA ÍNDIA

A Companhia divulgou, por meio de Fato Relevante, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 14/02/2019 e assinado em 18/02/2019, MoU (sigla em inglês para memorando de entendimentos) não vinculante para permitir o estudo de viabilidade de constituição de *joint venture* na Índia, com grande empresa do ramo siderúrgico desse país. O objetivo é a fabricação e comercialização de armas no território indiano, de acordo com programa de apoio ao desenvolvimento da indústria bélica local denominado “Make in India”.

A partir da assinatura do MoU, as partes terão até 180 dias para concluir os estudos de criação da *joint venture* e o plano de negócios a ser desenvolvido. A celebração desse Acordo é mais um passo importante na estratégia global da Taurus, abrindo as portas do mercado de um país cuja população atual é de 1,37 bilhão de habitantes.

AUDITORIA EXTERNA – INSTRUÇÃO CVM Nº 381/2003

A KPMG Auditores Independentes prestou o serviço de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas referentes ao exercício de 2018. Adicionalmente, essa empresa prestou também serviços de consultoria tributária (*compliance* tributário) no Brasil e Estados Unidos, além de elaboração de diagnóstico sobre os possíveis impactos de novos pronunciamentos contábeis, a partir de contratos firmados em 2018. O valor total dos honorários contratados em relação a esses serviços foi de aproximadamente de R\$ 1.060.700,00, o que representou aproximadamente 145% da remuneração referente aos serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras.

A Taurus zela para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, tendo como prática não acessar seus serviços para qualquer assunto que possa vir a interferir na auditoria das demonstrações financeiras.

Para a realização da contratação desses serviços adicionais, a KPMG Auditores Independentes apresentou as seguintes razões que embasam seu entendimento de que tal consultoria não afeta a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa: os trabalhos consistiram em avaliação de *compliance* tributário e diagnóstico sobre os possíveis impactos de novos pronunciamentos contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - DVA

R\$ milhões	2018	2017
Receitas	904,2	692,1
Insumos Adquiridos de Terceiros	-669,7	-659,5
Valor Adicionado Bruto	234,6	32,5
Depreciação, Amortização e Exaustão	-32,7	-33,8
Valor Adicionado Líquido Produzido	201,9	-1,2
Receitas Financeiras	28,1	24,0
Valor adicionado das op. descontinuadas a distribuir	2,7	-5,3
Valor Adicionado Total a Distribuir	232,7	17,5
Pessoal	130,5	152,7
Impostos, Taxas e Contribuições	-44,8	45,9
Remuneração de Capitais Próprios	0,0	0,0
Prejuízos retidos, líq. de ajustes de avaliação pat. - Operação Continuada	-62,6	-280,7
Prejuízos retidos, líquidos de ajustes avaliação patr. - Operação Descontinuada	2,7	-5,3

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	26.766	6.679	5.157	2.543
Aplicações financeiras e contas vinculadas	8	1.801	1.777	1.801	1.777
Clientes	9	140.420	122.611	114.744	69.008
Estoques	10	277.037	211.885	103.818	95.155
Impostos a recuperar	11	29.461	44.458	14.991	25.693
Pagamentos antecipados		6.309	6.674	2.366	2.224
Outras contas a receber	12	11.872	5.985	31.458	22.753
Ativos mantidos para venda	14	122.551	51.390	-	-
		616.217	451.459	274.335	219.153
Não circulante					
Aplicações financeiras e contas vinculadas	8	1.053	1.008	746	753
Impostos a recuperar	11	246	493	121	195
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	73.419	3.465	44.653	-
Crédito com pessoas ligadas	25	-	-	18.164	14.044
Outras contas a receber	12	9.821	16.489	5.333	9.419
		84.539	21.455	69.017	24.411
Investimentos					
	15	-	-	-	-
Controladas	15	-	-	444.788	417.433
Outros investimentos		192	349	190	190
Imobilizado					
	16	144.429	222.686	32.599	36.172
Intangível					
	17	75.779	73.009	6.056	5.541
		220.400	296.044	483.633	459.336
Total do Ativo		921.156	768.958	826.985	702.900

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		94.707	99.954	155.932	134.832
Empréstimos e financiamentos	18	103.676	458.942	103.676	453.416
Adiantamento de recebíveis	18	48.455	15.422	48.455	1.535
Adiantamentos de câmbio	18	43.795	24.193	43.795	24.193
Debêntures	19	9.450	75.771	9.450	75.771
Salários e encargos sociais	21	31.946	41.926	14.116	17.418
Impostos, taxas e contribuições	22	41.902	40.031	14.903	17.944
Adiantamentos de clientes		28.793	49.983	27.848	79.467
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	242	-	-
Comissões a pagar	20	1.782	3.540	1.725	2.491
Dividendos a pagar		3	3	3	3
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	23	60.273	55.298	52.501	39.189
Partes relacionadas – mútuos financeiros		-	-	59.057	38.097
Provisão para garantia de produtos	32	17.903	11.974	12.654	6.764
Outras contas a pagar	20	19.671	88.412	2.711	77.866
Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda e operação descontinuada	14	33.270	-	-	-
		535.626	965.691	546.826	968.986
Não circulante					
Fornecedores		395	-	233	-
Empréstimos e financiamentos	18	627.927	157.970	501.128	47.103
Debêntures	19	75.638	-	75.638	-
Impostos, taxas e contribuições	22	592	4.748	549	2.986
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	20.804	30.937	-	6.079
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	23	61.558	47.233	44.099	32.973
Partes relacionadas – mútuos financeiros		-	-	6.241	5.329
Provisão para garantia de produtos	32	5.579	4.746	-	-
Provisão para passivo a descoberto	15	-	-	16.165	34.722
Outras contas a pagar	20	-	2.866	43.069	49.955
		792.493	248.500	687.122	179.147
Total do passivo		1.328.119	1.214.191	1.233.948	1.148.133
Passivo a descoberto					
	27				
Capital social		465.218	404.489	465.218	404.489
Reservas e Transações de capital		(31.170)	(40.996)	(31.170)	(40.996)
Prejuízos acumulados		(1.012.915)	(952.635)	(1.012.915)	(952.635)
Ajustes de avaliação patrimonial		47.023	48.240	47.023	48.240
Ajustes acumulados de conversão		124.881	95.669	124.881	95.669
Total do passivo a descoberto		(406.963)	(445.233)	(406.963)	(445.233)
Total do passivo e do passivo a descoberto		921.156	768.958	826.985	702.900

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	28	845.287	695.258	626.631	556.383
Custos dos produtos vendidos	29	(537.660)	(599.880)	(427.021)	(496.590)
Lucro bruto		307.627	95.378	199.610	59.793
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas de vendas	29	(97.067)	(94.354)	(42.719)	(40.500)
Despesas administrativas e gerais	29	(146.596)	(139.677)	(84.820)	(84.283)
Resultado de equivalência patrimonial	15	-	-	16.700	(104.490)
Provisão para perda de valor recuperável de instrumentos financeiros	9-29	(3.024)	1.837	420	(1.380)
Outras receitas operacionais, líquidas		63.341	16.511	8.722	6.900
Outras despesas operacionais, líquidas	29	(78.033)	(40.499)	(29.520)	(32.637)
		(261.379)	(256.182)	(131.217)	(256.390)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos		46.248	(160.804)	68.393	(196.597)
Receitas financeiras		28.103	4.954	25.278	3.346
Despesas financeiras		(211.683)	(115.238)	(201.120)	(111.176)
Resultado financeiro líquido	30	(183.580)	(110.284)	(175.842)	(107.830)
Resultado operacional antes dos impostos		(137.332)	(271.088)	(107.449)	(304.427)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(1.864)	13.593	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	76.590	(23.228)	47.587	18.399
Resultado antes da reversão dos juros sobre o capital próprio		(62.606)	(280.723)	(59.862)	(286.028)
Resultado das operações continuadas		(62.606)	(280.723)	(59.862)	(286.028)
Resultado de operações descontinuadas		2.744	(5.305)	-	-
Resultado do exercício		(59.862)	(286.028)	(59.862)	(286.028)
Prejuízo por ação ordinária - básico - R\$	27.c	(0,7996)	(4,4217)	-	-
Prejuízo por ação preferencial - diluído -R\$	27.c	(0,7996)	(4,4217)	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo do exercício	(59.862)	(286.028)	(59.862)	(286.028)
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes que podem ser reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ajuste acumulado de conversão	29.212	2.349	29.212	2.349
Resultado abrangente total	(30.650)	(283.679)	(30.650)	(283.679)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas e Transações de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016		393.977	164	(40.996)	49.736	93.320	(668.103)	(171.902)
Aumento de capital social		10.512	(164)	-	-	-	-	10.348
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	2.349	-	2.349
Realização do ajuste de avaliação patrimonial – mais valia em ativos, líquido de efeitos tributários		-	-	-	(295)	-	295	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial – mais valia em ativos em controladas, líquido de efeitos tributários		-	-	-	(1.201)	-	1.201	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(286.028)	(286.028)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		404.489	-	(40.996)	48.240	95.669	(952.635)	(445.233)
Aumento de capital social		60.729	-	-	-	-	-	60.729
Gastos com Emissão de Ações		-	-	9.826	-	-	-	9.826
Adoção inicial IFRS 9		-	-	-	-	-	(1.635)	(1.635)
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	29.212	-	29.212
Realização do ajuste de avaliação patrimonial – mais valia em ativos, líquido de efeitos tributários		-	-	-	(262)	-	262	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial – mais valia em ativos em controladas, líquido de efeitos tributários		-	-	-	(955)	-	955	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(59.862)	(59.862)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		465.218	-	(31.170)	47.023	124.881	(1.012.915)	(406.963)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(137.332)	(271.088)	(107.449)	(304.427)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	34.230	33.669	8.049	8.019
Custo do ativo imobilizado baixado	47.892	2.683	(483)	215
Custo do ativo intangível baixado	1.583	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.024	1.508	1.214	1.380
Provisão para riscos judiciais	23.198	60.203	24.438	58.059
Provisão para garantias	6.762	194	5.890	1.642
Provisão para perda de estoques	(25.801)	47.600	(25.056)	45.481
Equivalência patrimonial	-	-	(16.700)	104.490
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	118.245	1.790	106.297	71
Varição cambial sobre outras contas a pagar e a receber	4.187	(927)	4.123	104.725
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	59.548	66.123	53.930	70.075
Instrumentos financeiros derivativos	(242)	-	-	-
Valor justo de propriedade para investimento	-	(1.282)	-	-
Varição Líquida das Operações Descontinuadas	7.163	20.840	-	-
	142.457	(38.687)	54.253	89.730
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução de estoques	(56.722)	(29.031)	16.393	(14.711)
Redução (aumento) de contas a receber de clientes	(25.792)	26.028	(40.826)	(26.084)
(Aumento) redução de outras contas a receber	1.385	(11.658)	14.268	(18.073)
(Redução) aumento em fornecedores	3.184	(30.357)	21.765	(94.589)
Aumento (redução) de contas a pagar	(31.577)	118.914	(75.147)	113.437
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(924)	(662)	-	-
	(110.446)	73.234	(63.547)	(40.020)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	32.011	34.547	(9.294)	49.710
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Crédito de empresas ligadas	-	-	(9.731)	2.897
Imobilizado	(12.652)	(19.617)	(3.333)	(5.432)
Intangível	(4.371)	(695)	(1.175)	(195)
Aplicações financeiras	(69)	401	(17)	452
Varição Líquida Atividades de Investimentos Descontinuadas	(1.903)	(865)	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(18.995)	(20.776)	(14.256)	(2.278)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de capital	729	10.348	729	10.348
Empréstimos tomados	213.184	84.928	170.682	9.744
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(98.794)	(89.701)	(57.903)	(31.919)
Juros pagos	(105.352)	(47.651)	(105.196)	(47.555)
Mútuos financeiros	-	-	17.852	13.180
Varição líquida das Atividades de Financiamento Descontinuadas	(2.696)	9.170	-	-
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	7.071	(32.906)	26.164	(46.202)
(Redução) aumento em caixa e equivalentes	20.087	(19.135)	2.614	1.230
Demonstração da variação de caixa e equivalentes				
No início do exercício	6.679	25.814	2.543	1.313
No final do exercício	26.766	6.679	5.157	2.543
(Redução) aumento em caixa e equivalentes	20.087	(19.135)	2.614	1.230

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	841.693	699.708	623.202	656.160
Outras receitas	63.341	(5.969)	8.722	6.900
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(810)	(1.651)	420	(1.380)
	904.224	692.088	632.344	661.680
Insumos adquiridos de terceiros, incluindo os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	603.131	674.497	438.725	471.855
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	66.519	(14.955)	53.440	101.402
	669.650	659.542	492.165	573.257
Valor adicionado bruto	234.574	32.546	140.179	88.423
Depreciação e amortização	32.724	33.761	7.487	8.019
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	201.850	(1.215)	132.692	80.404
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	16.700	(104.490)
Receitas financeiras	28.103	24.010	25.278	3.346
	28.103	24.010	41.978	(101.144)
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir	229.953	22.795	174.670	(20.740)
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir	2.744	(5.305)	-	-
Total do valor adicionado a distribuir	232.697	17.490	174.670	(20.740)
Distribuição do valor adicionado				
Colaboradores				
Remuneração direta	105.224	123.442	53.429	57.552
Benefícios	21.675	17.241	10.814	6.530
FGTS	3.631	12.052	1.531	5.283
	130.530	152.735	65.774	69.365
Governos				
Federais	(45.195)	45.540	(32.733)	64.975
Estaduais	1	3	-	29.484
Municipais	346	343	52	78
	(44.848)	45.886	(32.681)	94.537
Financiadores				
Juros	206.209	104.078	201.270	101.062
Aluguéis	668	819	169	324
	206.877	104.897	201.439	101.386
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízos retidos, líquido da realização de ajustes de avaliação patrimonial - Continuadas	(62.606)	(280.723)	(59.862)	(286.028)
Prejuízos retidos, líquido da realização de ajustes de avaliação patrimonial - Descontinuadas	2.744	(5.305)	-	-
	(59.862)	(286.028)	(59.862)	(286.028)
	232.697	17.490	174.670	(20.740)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Taurus Armas S.A. ("Companhia") possui sede em São Leopoldo/RS, sendo uma Companhia brasileira de capital aberto há mais de 30 anos, e desde 2011, listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 (antiga BM&FBOVESPA) (símbolos de negociação são FJTA3, FJTA4).

Em 29 de junho de 2018, foi aprovado em Assembléia Geral de Acionistas a alteração da razão social de Forjas Taurus S.A. para Taurus Armas S.A.

A Companhia atua nos segmentos de Armas e Acessórios, e M.I.M. ("Metal Injection Molding"), possuindo 2 plantas industriais, uma no Brasil, situada no Rio Grande do Sul, e outra em Miami, nos Estados Unidos.

No Brasil, as vendas são direcionadas para polícias estaduais, federais, civis e militares, além do mercado civil. A Taurus é credenciada como EED - Empresa Estratégica de Defesa - e desta forma, está habilitada a fornecer produtos para as Forças Armadas do Brasil.

No exterior, além de distribuir produtos das marcas TAURUS e ROSSI produzidos no Brasil, a unidade de Miami fabrica modelos de pistolas TAURUS e revólveres HERITAGE. As vendas para os Estados Unidos atendem, principalmente, o mercado civil americano e órgãos governamentais nas demais regiões.

Em março de 2018, a Administração da Companhia assumiu o compromisso de alienação da operação de capacetes. Para a condução deste processo foi contratada consultoria especializada. Devido à decisão de venda do investimento, o mesmo foi classificado como "mantido para venda" e contabilizado de acordo com o pronunciamento técnico IFRS 5 e CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. A operação de capacetes possui 2 unidades de produção, uma em Mandirituba/PR e outra em Simões Filho/BA.

As demonstrações consolidadas do resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentam os resultados da operação de capacetes em uma única linha, como resultado líquido de operações descontinuadas. A demonstração do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi reclassificada para permitir a comparabilidade.

Equacionamento Econômico/Financeiro

Em 18 de julho de 2018 a administração concluiu o processo de renegociação e formalização de assinatura de contratos de dívidas junto ao Sindicato de Bancos (Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Itaú e Banco Bradesco), bem como, o processo de renegociação de sua 3ª emissão pública de Debêntures com o Banco Haitong. Os termos da operação contemplam o alongamento do prazo de vencimento de dívidas com os Credores no valor equivalente a aproximadamente US\$ 162.000 (cento e sessenta e dois milhões de dólares americanos). O prazo total para pagamento das operações passa a ser de 5 (cinco) anos, com carência de pagamentos do principal e juros no ano de 2018. A amortização do principal e dos juros ocorrerá em pagamentos mensais, sendo iniciados em 21 de janeiro de 2019. Os custos da operação passaram a ser Libor Mês + 3% a.a. nas operações em dólar e CDI + 2,00% para a 3ª Emissão de Debêntures.

A Operação conta com as seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária da totalidade das quotas das empresas Taurus Blindagens Ltda. e da Taurus Blindagens Nordeste Ltda. ("Alienação Fiduciária"); (ii) hipoteca de 2º grau de 02 imóveis localizados em Mandirituba/PR, e 02 imóveis localizados em Porto Alegre, RS e hipoteca de 1º grau de 01 imóvel localizado em São Leopoldo, RS ("Hipoteca"); e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da totalidade dos recursos objeto de eventual venda das quotas objeto da Alienação Fiduciária e da Hipoteca, bem como direitos inerentes à titularidade da conta vinculada da Companhia a ser aberta com o propósito de recebimento dos recursos.

Como opção adicional para auxiliar no equacionamento econômico e financeiro, a Companhia mantém sua estratégia de: (a) desinvestimentos de ativos não "core" a saber: a operação de capacetes (historicamente rentável e lucrativa), cuja decisão de venda e autorização para os esforços de venda foram efetuados pelo Conselho de Administração em março de 2018, além de extenso terreno em região residencial nobre de Porto Alegre, onde localizavam-se as antigas instalações da Companhia e; (b) forte plano de reestruturação, já em andamento e conduzido por uma consultoria especializada já contratada.

O referido plano de reestruturação, em curso, apresentou resultados positivos ao longo do exercício de 2018 e continuará trazendo ganhos de eficiência em 2019. O plano está dividido em 4 áreas: i) Renegociação da Dívida; ii) Eficiência Operacional, iii) Eficiência Comercial, e (iv) Avaliação de Resultados. Segue abaixo um sumário das ações:

I - Renegociação da Dívida (concluído):

A reestruturação da dívida foi conduzida através de uma renegociação direta e extrajudicial com os credores, compreendendo as seguintes atividades:

- Construção, análise e validação de projeções operacionais e financeiras;
- Elaboração de estratégias de negociação em diferentes cenários;
- Negociação com comitê de credores através de agendamento de reuniões e apresentações;
- Realização das devidas formalizações do processo.
- Junto ao sindicato dos Bancos, no reperfilamento, a Companhia obteve uma redução ao redor de 50% da taxa de juros dos empréstimos.
- Houve uma mudança significativa no cronograma de amortizações, que teria o primeiro pagamento de principal em 2018 e após amortizações trimestrais, com a renegociação houve carência do pagamento de principal no ano de 2018 e a partir de 2019 os pagamentos serão mensais. Abaixo o quadro demonstrando percentualmente as amortizações.

SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO ANTES RENEGOCIAÇÃO	SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO APÓS RENEGOCIAÇÃO
PPE'S e DEBENTURES BANCOS BRADESCO, BRASIL, SANTANDER, ITAU, HAITONG. 23,07 % DA DÍVIDA EM 2018 30,76 % DA DÍVIDA EM 2019 30,76 % DA DÍVIDA EM 2020 15,41 % DA DÍVIDA EM 2021	PPE'S e DEBENTURES BANCOS BRADESCO, BRASIL, SANTANDER, ITAU, HAITONG. 10,71 % DA DÍVIDA EM 2019 15,90 % DA DÍVIDA EM 2020 2,80 % DA DÍVIDA EM 2021 70,59 % DA DÍVIDA EM 2022

- Na renegociação junto ao Banco Pine a Companhia também obteve um alongamento no prazo e redução das taxas. As características da renegociação foram diferentes, pois o Banco não possuía *funding* (linha no exterior) para lastrear toda a operação, desta forma a cada vencimento do Pré Pagamento de Exportação ("PPE") será liberada uma operação de Adiantamento de Contrato de Câmbio ("ACC") no valor da parcela com prazo inicial de 180 dias e renovado automaticamente a cada vencimento por mais 180 dias. No terceiro e no quarto vencimentos a renovação será de 99,30% do valor da operação de ACC, no quinto vencimento renovado 99,10% do valor da operação de ACC nos próximos vencimentos serão renovados 97,20% da operação de ACC e até 17/10/2022 serão liquidadas todas as operações de ACC. Antes da renegociação, a taxa da operação era de 112,00% do CDI, para as novas operações renegociadas através da modalidade de ACC a taxa será de 5,50% a.a. + variação cambial.
- Ressalta-se, que nas renegociações, além do alongamento da dívida, ocorrerá redução projetada em mais de R\$ 120 milhões de encargos sobre este endividamento durante o período de 5 anos.

II - Eficiência Operacional

De forma macro, reavaliação da Estrutura Organizacional da Companhia através da análise de atividades e processos, *Span of Control* e remuneração média:

Etapas concluídas:

- Realinhamento da estrutura com os objetivos estratégicos;
- Simplificação dos níveis hierárquicos para ganho de agilidade na tomada de decisão;
- Normalização das áreas para evitar conflitos e redundâncias;
- Revisão das responsabilidades e funções de cada posição;
- Reavaliação dos níveis de serviço;
- Desenvolvimento de um ambiente participativo e propício às mudanças.

Etapas em andamento:

- Definição clara das métricas;
- Remodelagem do relacionamento com as demais unidades da empresa;
- Reavaliação de terceirização de atividades “non-core”;
- Reavaliação da centralização de atividades;
- Eliminação de atividades que não agregam valor;
- Análises para ganhos de eficiência nos processos;
- Redução duradoura e inteligente dos custos;

De forma específica, o planejamento e a gestão operacional serão segmentados conforme abaixo com seus respectivos planos de ação já em andamento:

Etapas concluídas:

Planejamento Mestre Operacional:

- Revisitar o modelo de S&OP.

Pesquisa e Desenvolvimento:

- Identificação das necessidades de Capex;
- Integração com todas as unidades industriais.

Etapas em andamento:

CPV – Custo do produto vendido:

- Analisar a evolução dos Custos Variáveis e gastos gerais de fabricação (GGF) para identificação dos principais desvios e oportunidades.

Planejamento Mestre Operacional:

- Aprimorar metodologia de previsão de demanda;
- Revisitar o processo e modelo lógico de planejamento de produção e inventário de estoques.

Eficiência da Gestão Operacional:

- Revisar métricas, metas e rotinas de apontamento de resultados dos indicadores chave dos processos;
- Mapear pontos críticos de melhoria de cada processo e desenvolver/implementar as ações corretivas aplicáveis.

Perdas de Materiais (*yield* e refugo):

- Identificar pontos críticos de melhoria e implementar as ações corretivas aplicáveis.

Pesquisa e Desenvolvimento:

- Cronograma de ações.

Ferramentas utilizadas:

- Explosão de Ideias;
- Análise de dados;
- Simulações de cenários;
- Análises de Causa/Efeito;
- Matriz de Compensação.

III - Eficiência Comercial

Para capturar maiores ganhos em eficiência na área comercial, está sendo dado foco em três áreas conforme abaixo:

Etapas concluídas:Análise de mercado

- Revisitar o modelo de *pricing*

Portfólio de produtos

- Análise para racionalização de SKU's.

Execução Comercial

- Avaliar o modelo de gestão de rotina de vendas;
- Reestruturação do modelo de acompanhamento do atingimento de metas.
- Reavaliação e modelagem de um programa de remuneração variável da equipe de vendas.

Etapas em andamento:Análise de mercado

- Mapeamento de canais de venda e análise das estratégias por canal;
- Análise de oportunidades para a redução da quantidade de *Layers* e aproximação do ponto de venda.

Portfólio de produtos

- Análise de *performance* das categorias de produtos;
- Definição do posicionamento de cada categoria.

IV - Avaliação de Resultados (em andamento)

Essas iniciativas objetivam ajustar os processos-chave da Taurus de modo a incrementar a rentabilidade e competitividade da Companhia.

Dessa forma, através da definição de papéis e responsabilidades, métricas de *performance* e uma cultura de disciplina na execução de planos de ação, a Companhia continua tomando ações objetivando uma maior eficiência operacional e financeira, visando atender à demanda por seus produtos, a melhoria em suas margens, recuperação da rentabilidade e equilíbrio em seus fluxos de caixa.

A Administração avalia que o conjunto de ações relacionadas à melhoria de eficiência operacional descrito acima, aliado às vendas de ativos não core, transações de capital e a já perceptível melhoria na *performance* das operações serão suficientes para garantir a continuidade normal das operações.

2. Apresentação das informações do exercício**2.1. Base de preparação****a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

b) Declaração da administração

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2018, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas em sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2019.

2.2. Base de consolidação

	País	Participação societária	
		2018	2017
Taurus Blindagens Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%
Taurus Holdings, Inc.	Estados Unidos	100,00%	100,00%
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. *	Brasil	100,00%	100,00%
T. Investments Co. Inc.*	Panamá	100,00%	100,00%
Taurus Plásticos Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela Companhia, direta e indiretamente, no capital das controladas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado segue a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas;
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas; e
- Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável do ativo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas sediadas no Brasil. A moeda funcional da controlada Taurus Holdings, Inc., sediada nos Estados Unidos da América, e da controlada T. Investments Co. Inc., sediada no Panamá é o Dólar norte-americano e seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e seus resultados são convertidos pela taxa de câmbio média mensal. As diferenças cambiais resultantes do processo de conversão da controlada no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e

consolidadas e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 9 – Clientes (provisão para devedores duvidosos), 10 - Estoques (Provisão para Perda de Estoques), 13 – Imposto de renda e contribuição social, 14 – Ativos mantidos para venda (impairment), 16 – Imobilizado (impairment), 17 – Intangível (impairment), 23 – Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e 24 – Instrumentos financeiros.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu controles relacionados à mensuração de valor justo que contempla a avaliação periódica dos dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas empresas investidas da Companhia.

a) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas vinculadas, contas a receber de clientes, créditos com pessoas ligadas e outras contas a receber.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures não conversíveis, fornecedores e outras contas a pagar. Esses passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço, e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço

patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(iv) **Redução ao valor recuperável (Impairment)**

A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) **Demonstrações de valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

c) **Novas normas, interpretações e revisões de normas não vigentes**

Novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019.

(i) **CPC 06 (R2) / IFRS 16 Leases (Arrendamentos)**

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia realizou a avaliação dos impactos da adoção da nova norma e os efeitos inicialmente estimados não foram considerados significativos.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

5. Gerenciamento de risco financeiro

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

5.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com

instituições financeiras, consideradas pela Administração, como instituições de baixo risco.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Para a receita da Companhia não há concentração de vendas para um único cliente, não havendo concentração de risco de crédito.

As aprovações de crédito são analisadas individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia serem oferecidos. Esta análise inclui avaliações externas e, em alguns casos, referências bancárias. Os limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação de crédito; estes limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia somente poderão operar quando houver a liquidação dos títulos. Para órgãos públicos, a Administração da Companhia avalia individualmente a capacidade de pagamento e os requisitos licitatórios para realização da venda. A demonstração consolidada exclui as transações entre as partes relacionadas, e, excluídas essas transações, a Companhia não tem clientes que individualmente representem mais que 5% das vendas.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, varejista ou órgãos públicos, localização geográfica, tipo de indústria e existência de dificuldades financeiras anteriores.

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado		Controladora	
	Valor contábil		Valor contábil	
	2018	2017	2018	2017
Valor justo por meio de resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	26.766	6.679	5.157	2.543
Custo amortizado				
Recebíveis de clientes	140.420	122.611	114.744	69.008
Aplicações financeiras e conta vinculadas	2.547	2.785	2.547	2.530
Total	170.040	132.075	122.448	74.081

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis de clientes na data do relatório por região geográfica foi:

	Consolidado		Controladora	
	Valor contábil		Valor contábil	
	2018	2017	2018	2017
Doméstico – recebíveis de clientes	97.458	59.734	84.013	32.654
Estados Unidos – recebíveis de clientes	72.557	59.239	-	-
Externo – recebíveis de clientes	785	34.825	45.730	50.784
Total	170.800	153.798	129.743	83.438

A exposição máxima ao risco de crédito na data do relatório por tipo de contraparte foi:

	Consolidado		Controladora	
	Valor contábil		Valor contábil	
	2018	2017	2018	2017
Cientes – órgãos públicos	9.787	16.377	9.621	15.009
Cientes – distribuidores	111.732	119.776	84.286	50.784
Cientes finais	49.281	17.645	35.836	17.645
Total	170.800	153.798	129.743	83.438

* Os saldos de clientes estão apresentados sem considerar a provisão para perdas (ver nota 9).

Provisão para perdas esperadas

Em conformidade com a norma CPC 48/ IFRS 9, a provisão para perdas esperadas, leva em consideração indicador interno de avaliação de risco, que captura o comportamento do cliente e as incertezas do contexto macroeconômico.

	Consolidado					
	2018			2017		
	Carteira	Provisão	%Cobertura	Carteira	Provisão	%Cobertura
Não vencidos	70.517	(1.261)	1,8%	98.314	(2.349)	2,4%
Vencidos há 0-30 dias	44.360	(860)	1,9%	8.628	(1.132)	13,1%
Vencidos há 31-60 dias ⁽¹⁾	11.764	(821)	7,0%	4.180	(275)	6,6%
Vencidos há 61-90 dias ⁽¹⁾	2.710	(536)	19,8%	2.052	(295)	14,4%
Vencidos há 91-180 dias ⁽¹⁾	7.361	(1.453)	19,7%	5.218	(2.633)	50,5%
Vencidos há 181-360 dias ⁽¹⁾	7.654	(3.019)	39,4%	4.636	(1.897)	40,9%
Vencidos há mais de um ano	26.435	(22.430)	84,9%	30.770	(22.607)	73,5%
Total	170.800	(30.380)		153.798	(31.188)	

	Controladora					
	2018			2017		
	Carteira	Provisão	%Cobertura	Carteira	Provisão	%Cobertura
Não vencidos	53.145	(1.222)	2,3%	16.452	(1.505)	9,1%
Vencidos há 0-30 dias	40.718	(840)	2,1%	24.421	(1.038)	4,3%
Vencidos há 31-60 dias ⁽¹⁾	10.770	(790)	7,3%	3.689	(269)	7,3%
Vencidos há 61-90 dias ⁽¹⁾	2.806	(480)	17,1%	7.272	(302)	4,2%
Vencidos há 91-180 dias ⁽¹⁾	5.399	(1.275)	23,6%	10.767	(2.622)	24,4%
Vencidos há 181-360 dias ⁽¹⁾	6.033	(2.607)	43,2%	3.241	(1.884)	58,1%
Vencidos há mais de um ano	10.872	(7.784)	71,6%	17.594	(6.810)	38,7%
Total	129.743	(14.999)		83.436	(14.430)	

5.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão apresentados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Consolidado					
	2018					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	95.102	95.102	94.707	395	-	-
Empréstimos e financiamentos	731.603	813.414	103.676	244.959	464.779	-
Debêntures	85.088	85.088	9.450	13.224	60.380	-
Adiantamentos de câmbio	43.795	43.795	43.795	-	-	-
Adiantamento de recebíveis	48.455	48.455	48.455	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (passivos)	-	-	-	-	-	-
	1.004.043	1.085.854	300.083	258.578	525.159	-

	Consolidado					
	2017					
	Valor Contábil	Fluxo de Caixa contratual	Até 1 ano	1-2 Anos	2-5 Anos	Acima de 5 Anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	99.954	99.954	99.954	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	616.912	626.382	458.942	150.346	5.022	12.072
Debêntures	75.771	75.771	75.771	-	-	-
Adiantamentos de câmbio	24.193	24.193	24.193	-	-	-
Adiantamento de recebíveis	15.422	15.422	15.422	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (passivos)	242	242	242	-	-	-
	832.494	841.964	674.524	150.346	5.022	12.072

	Controladora					
	2018					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	156.165	156.165	155.932	233	-	-
Empréstimos e financiamentos	604.804	707.284	129.223	113.282	464.779	-
Debêntures	85.088	85.088	9.450	13.224	60.380	-
Adiantamentos de câmbio	43.795	43.795	43.795	-	-	-
Adiantamento de recebíveis	48.455	48.455	48.455	-	-	-
	938.307	1.040.787	386.855	126.739	525.159	-

	Controladora					
	2017					

	Valor Contábil	Fluxo de Caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	134.832	134.832	134.832	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	500.519	561.254	134.670	342.887	83.697	-
Debêntures	75.771	75.771	75.771	-	-	-
Adiantamentos de câmbio	24.193	24.193	24.193	-	-	-
Adiantamento de recebíveis	1.535	1.535	1.535	-	-	-
	736.850	797.585	371.001	342.887	83.697	-

5.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetem os resultados da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e também cumprem com obrigações financeiras para gerenciar os riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

(i) Risco de moeda (cambial)

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia.

Em geral, a Companhia busca proteger sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação às vendas previstas.

Análise de sensibilidade

O cenário-base provável para 2018, foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Focus Banco Central do Brasil) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação, causada nos saldos pela flutuação entre as taxas do cenário previsto para 2019 e as vigentes em 2018.

A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre variações cambiais consideradas no cenário provável.

Moedas e índices	Taxa 2018	Cenário provável	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%
Dólar norte americano Baixa	3,8748	3,8000	2,8500	1,9000
Dólar norte americano Alta	3,8748	3,8000	4,7500	5,7000

Sensibilização da variação da moeda estrangeira:

		Saldo em 2018	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Consolidado Cenário remoto (50%)
Ativo - Baixa do dólar					
Contas a receber	Dólar - USD	18.928	(373)	(6.806)	(19.673)
Passivo - Alta do dólar					
Empréstimos e financiamentos	Dólar - USD	(182.000)	3.583	(33.534)	(58.278)
Fornecedores	Dólar - USD	(10.010)	197	(1.844)	(3.205)

Adiantamentos de câmbio	Dólar - USD	(11.303)	222	(2.261)	(3.619)
Adiantamento de clientes	Dólar - USD	(20.078)	395	(3.699)	(6.429)
Outros	Dólar - USD	(3.792)	75	(699)	(1.214)

		Controladora			
		Saldo em	Cenário	Cenário	Cenário remoto
		2018	provável	possível (25%)	(50%)
Ativo - Baixa do dólar					
Contas a receber	Dólar - USD	11.802	(228)	(3.121)	(6.015)
Passivo - Alta do dólar					
Empréstimos e financiamentos	Dólar - USD	(149.276)	2.882	(33.717)	(70.315)
Fornecedores	Dólar - USD	(6.701)	129	(1.513)	(3.156)
Adiantamentos de câmbio	Dólar - USD	(11.303)	218	(2.553)	(5.324)
Adiantamento de clientes	Dólar - USD	(19.912)	384	(4.498)	(9.379)
Outros	Dólar - USD	(4.339)	84	(980)	(2.044)

Para os saldos de ativos foi efetuada uma análise considerando uma queda na taxa de câmbio e as perdas decorrentes de uma variação negativa da moeda, enquanto para os saldos passivos foi efetuada uma análise considerando uma alta na taxa de câmbio e as perdas decorrentes de uma variação positiva na moeda.

(ii) Risco de taxas de juros

Os saldos de instrumentos expostos à variação de taxa de juros são abaixo sumariados.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2018 a administração considerou um cenário provável em 2018 para a taxa CDI de 6,40% e TJLP de 6,98%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

Moeda	2018	Cenário provável	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%
CDI - baixa	6,40%	6,40%	4,80%	3,20%
CDI - alta	6,40%	6,40%	8,00%	9,60%
TJLP	6,98%	7,00%	8,75%	10,50%
SELIC	6,40%	6,50%	8,13%	9,75%
LIBOR Overnight	2,38%	2,38%	2,97%	3,57%
LIBOR 30 Dias	2,50%	2,50%	3,13%	3,75%
LIBOR 3 Meses	2,75%	2,75%	3,44%	4,13%

		Consolidado			
		Ganho (Perda)			
Indexador	Saldo	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto	
	2018				
Ativo					
Aplicações financeiras	CDI - baixa	6.058	-	(97)	(194)
Passivo					
Empréstimos	CDI - alta	(141.782)	-	(2.269)	(4.537)
Empréstimos	TJLP	(4.151)	(1)	(73)	(146)
LIBOR 30 DIAS	LIBOR Overnight	(126.799)	-	(761)	(1.509)
LIBOR 3 Meses	LIBOR 30 Dias	(529.221)	-	(3.334)	(6.615)
LIBOR 6 meses	LIBOR 3 Meses	-	-	-	-
Impostos parcelados	SELIC	(3.297)	(3)	(57)	(110)

		Controladora			
		Ganho (Perda)			
Indexador	Saldo	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto	
	2018				
Ativo					
Aplicações financeiras	CDI - baixa	5.648	-	(90)	(181)
Passivo					
Mutuos	CDI - baixa	(23.928)	-	383	766
Empréstimos	CDI - alta	(141.782)	-	(2.269)	(4.537)
Empréstimos	TJLP	(4.151)	(1)	(73)	(146)
LIBOR 30 DIAS	LIBOR Overnight	-	-	-	-
LIBOR 3 Meses	LIBOR 30 Dias	(529.221)	-	(3.334)	(6.615)
LIBOR 6 meses	LIBOR 3 Meses	-	-	-	-
Impostos parcelados	SELIC	(4.507)	(5)	(78)	(151)

5.4 Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para o desenvolvimento futuro do negócio agregando valor aos acionistas, credores e mercado em geral, através do monitoramento dos retornos sobre o capital. Todavia os resultados dos últimos anos têm deteriorado este parâmetro conforme posição apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
Total do passivo	1.328.119	1.214.191
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(27.819)	(9.464)
Dívida Líquida (A)	1.300.300	1.204.727
Total do patrimônio líquido (B)	(406.963)	(445.233)
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 (A/B)	(3,21)	(2,71)

6. Segmentos operacionais

A Companhia possui quatro segmentos divulgáveis representados por unidades estratégicas de negócio administradas separadamente, uma vez que se diferem pela oferta de produtos e serviços, tecnologias e estratégias de *marketing*. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos divulgáveis da Companhia:

Armas – o processo de produção de armas, por tratar-se de uma indústria preponderantemente metalúrgica, utiliza-se das seguintes fases básicas: usinagem (a partir de pré formas usinadas e forjadas através de centros de usinagem, fresadoras, furadeiras e brochadeiras, uma vez que todo o processo de forjaria e de algumas operações de usinagem encontram-se terceirizados), MIM – Metal Injection Molding (peças injetadas em metal), acabamento (basicamente polimento), tratamento térmico, tratamento superficial, montagem final, teste funcional, gravação e embalagem; essas operações são realizadas pela Taurus Armas S.A., e Taurus Holdings, Inc. e suas controladas.

Capacetes – o processo de produção de capacetes utiliza-se das seguintes fases: injeção (a partir do ABS – Acrylonitrile Butadiene Styrene), pintura e acabamento (a partir de peças já injetadas, através de processo de pintura manual e automatizada), costura (a partir de tecidos, espuma e chapas de policarbonatos, utilizando-se máquinas de corte, costura e balancim) e montagem final; essas operações são realizadas pela Taurus Blindagens Ltda. e Taurus Blindagens Nordeste Ltda.

Outros – resultado do segmento de MIM – Metal Injection Molding peças injetadas em metal, (Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.); bauletos (Taurus Blindagens Ltda). Inclui também gastos com assistência técnica e despesas financeiras da operação de máquinas, descontinuada em junho de 2012 e outras operações como a fabricação e venda de óculos e prestação de serviços. Tais segmentos foram agregados, pois, não se enquadram nos limites quantitativos para divulgação separada como segmento reportável.

O desempenho de cada segmento é avaliado trimestralmente com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos, uma vez que a Administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias.

A conciliação de receitas, lucros e prejuízos, ativos, passivos e outros itens materiais de segmentos divulgáveis está divulgada a seguir:

	Armas		Outros		Total		Capacetes(a)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receitas externas	833.226	676.646	12.061	18.612	845.287	695.258	84.647	89.618	929.934	784.876
Receitas intersegmentos	585.353	599.823	3.828	4.443	589.181	604.266	8.480	12.043	597.661	616.309
Custos das vendas	(536.311)	(592.523)	(1.349)	(7.357)	(537.660)	(599.880)	(53.792)	(68.267)	(591.452)	(668.147)
Lucro (prejuízo) bruto	882.268	683.946	14.540	15.698	896.808	699.644	39.335	33.394	936.143	733.038
Despesas com vendas	(99.291)	(91.120)	(800)	(1.397)	(100.091)	(92.517)	(15.927)	(16.957)	(116.018)	(109.474)
Despesa gerais e administrativas	(127.608)	(133.423)	(4.238)	(3.315)	(131.846)	(136.738)	(8.668)	(8.551)	(140.514)	(145.289)
Depreciação e amortização	(12.326)	(1.351)	(2.424)	(1.588)	(14.750)	(2.939)	(3.300)	(576)	(18.050)	(3.515)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(18.211)	(25.605)	3.519	3.286	(14.692)	(22.319)	(16)	1.013	(14.708)	(21.306)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(743)	-	(743)	-	743	-	-
	(257.436)	(251.499)	(3.943)	(3.757)	(261.379)	(255.256)	(27.911)	(24.328)	(289.290)	(279.584)
Lucro (prejuízo) operacional	624.832	432.447	10.597	11.941	635.429	444.388	11.424	9.066	646.853	453.454
Receitas financeiras	28.024	1.434	79	(2.293)	28.103	(859)	545	2.686	28.648	1.827
Despesas financeiras	(205.725)	(114.940)	(5.958)	(271)	(211.683)	(115.211)	(5.148)	(5.615)	(216.831)	(120.826)
Resultado financeiro líquido	(177.701)	(113.506)	(5.879)	(2.564)	(183.580)	(116.070)	(4.603)	(2.929)	(188.183)	(118.999)
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	447.131	318.941	4.718	9.377	451.849	328.318	6.821	6.137	458.670	334.455
Eliminação das receitas intersegmentos	(585.353)	(599.823)	(3.828)	(4.443)	(589.181)	(604.266)	(8.480)	(12.043)	(597.661)	(616.309)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(138.222)	(280.882)	890	4.934	(137.332)	(275.948)	(1.659)	(5.906)	(138.991)	(281.854)
Imposto de renda e da contribuição social	74.368	(14.928)	358	5.293	74.726	(9.635)	4.403	601	79.129	(9.034)
Resultado líquido do exercício	(63.854)	(295.810)	1.248	10.227	(62.606)	(285.583)	2.744	(5.305)	(59.862)	(290.888)
Ativos dos segmentos divulgáveis	760.248	585.914	89.747	101.508	849.995	687.422	71.161	81.536	921.156	768.958
Passivos dos segmentos divulgáveis	1.274.330	1.145.919	20.520	21.840	1.294.850	1.167.759	33.269	46.432	1.328.119	1.214.191

(a) Operação Capacetes reclassificada para Operação Descontinuada conforme nota 26.

Informações geográficas

As informações da receita líquida abaixo são baseadas na localização geográfica do cliente.

	Armas		Capacetes	
	2018	2017	2018	2017
Mercado interno				
Região Sudeste	81.198	61.626	23.916	26.670
Região Sul	26.403	14.145	7.239	4.530
Região Nordeste	16.120	7.584	24.285	30.536
Região Centro-Oeste	8.384	4.659	14.053	13.691
Região Norte	11.214	3.524	14.420	13.521
	143.319	91.538	83.913	88.948
Mercado externo				
Estados Unidos	626.661	541.270	734	670
Bangladesh	9.332	11.764	-	-
Argentina	1.236	5.429	-	-
França	2.125	3.925	-	-
Chile	1.415	3.113	-	-
Burquina	-	2.182	-	-
Honduras	2.051	1.654	-	-
Alemanha	3.143	2.441	-	-
África do Sul	3.786	2.085	-	-
Peru	863	1.604	-	-
Zâmbia	266	-	-	-
Itália	693	1.067	-	-
Filipinas	4.523	1.297	-	-
Senegal	246	-	-	-
Haiti	250	-	-	-
Guatemala	596	-	-	-
Tailândia	422	217	-	-
Israel	408	-	-	-
Nova Zelândia	-	-	-	-
El Salvador	146	182	-	-
Quênia	72	-	-	-
Bósnia	329	142	-	-
Costa Rica	56	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-	-
Omã	26.691	2.844	-	-
Reino Unido	76	178	-	-
Cingapura	336	-	-	-
Malásia	344	-	-	-
Marrocos	1.309	-	-	-
Namíbia	419	-	-	-
Outros países	2.113	3.714	-	-
	689.907	585.108	734	670
	833.226	676.646	84.647	89.618

Os outros segmentos do Grupo possuem suas vendas concentradas no mercado interno e bastante pulverizadas por todas as regiões do Brasil. As vendas da Companhia e suas controladas não sofrem restrições e não possuem um grau de concentração que possa caracterizar dependência significativa de órgãos governamentais ou de qualquer outro cliente. Aproximadamente setenta e cinco por cento das receitas consolidadas são direcionadas ao mercado civil americano, estando sujeitas à regulações daquele país.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata, ou seja, resgatáveis no prazo de até três meses das datas de contratação, sem penalidades para a Companhia e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Saldo em caixa	27	37	12	19
Depósitos à vista	23.535	6.257	2.044	2.180
Aplicações financeiras	3.204	385	3.101	344
Caixa e equivalentes de caixa	26.766	6.679	5.157	2.543

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são remuneradas por taxas variáveis médias de 86% a 98% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (86% a 100,00% do CDI em 31 de dezembro de 2017) tendo como contraparte instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

8. Aplicações financeiras e contas vinculadas

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Aplicações financeiras – CDB	1.053	2.785	746	2.530
Aplicação Financeira CP	1.801	-	1.801	-
Total	2.854	2.785	2.547	2.530
Circulante	1.801	1.777	1.801	1.777
Não circulante	1.053	1.008	746	753

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas variáveis com média de 97,69% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (86% a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2017), estando em garantias a contratos internacionais de curto prazo e longo prazo, tendo seu resgate programado para ocorrer em conjunto com a finalização destes contratos, sendo apresentadas no ativo circulante e não circulante com base na sua previsão de resgate.

9. Clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Clientes no país	97.458	65.021	84.013	32.654
Clientes no exterior	73.342	88.777	45.730	50.784
	170.800	153.798	129.743	83.438
Provisão para créditos de liquidação duvidosa no país	(23.755)	(22.596)	(13.438)	(8.981)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa no exterior	(6.625)	(8.591)	(1.561)	(5.449)
	(30.380)	(31.187)	(14.999)	(14.430)
	140.420	122.611	114.744	69.008

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a clientes e a outras contas, incluindo a abertura de contas a receber por idade de vencimento, são divulgadas na nota explicativa 5. A movimentação da provisão para crédito de

liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(31.187)	(14.430)
Adoção inicial - CPC 48 / IFRS 9	(1.635)	(1.635)
Adições	(17.757)	(14.425)
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	16.360	14.845
Realização de provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-
Variação cambial	202	646
Resultado Operação Descontinuada	3.637	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(30.380)	(14.999)

10. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação (baseado na capacidade operacional normal) e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

A provisão para perda com estoques é registrada para produtos com baixo giro e para itens que apresentam preço de venda inferior ao custo de formação.

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Produtos acabados	182.433	127.427	25.467	32.399
Matéria prima	118.972	134.346	101.064	110.525
Provisão para perda	(24.368)	(49.888)	(22.713)	(47.769)
	277.037	211.885	103.818	95.155

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(49.888)	(47.769)
Reversão de provisão para perda	8.995	8.707
Perda efetiva reconhecida	16.525	16.349
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(24.368)	(22.713)

11. Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	12.546	14.837	3.011	5.591
IPI	4.494	4.099	4.224	3.153
PIS	936	3.482	842	3.387
COFINS	5.070	12.511	4.796	12.010
Imposto de renda e contribuição social	6.634	10.002	2.218	1.747
INSS	-	20	-	-
Outros	27	-	21	-
Total	29.707	44.951	15.112	25.888
Circulante	29.461	44.458	14.991	25.693
Não circulante	246	493	121	195

12. Outras contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Adiantamentos a fornecedores	6.579	3.384	4.017	1.946
Adiantamentos a funcionários	2.862	1.788	1.304	796
Depósitos judiciais (nota 23)	9.808	16.489	5.333	9.419
Recebíveis de seguros	-	82	-	-
Mútuos financeiros entre partes relacionadas	-	-	24.978	19.367
Outros créditos	2.444	731	1.159	644
Total	21.693	22.474	36.791	32.172
Circulante	11.872	5.985	31.458	22.753
Não circulante	9.821	16.489	5.333	9.419

13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota nominal de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Para as Empresas que apuram o imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido são utilizadas as mesmas alíquotas acima, porém sobre percentuais do faturamento de 32%. A alíquota do imposto de renda da controlada nos Estados Unidos é de 21%.

a) Composição dos impactos ativos e passivos diferidos	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Sobre Prejuízo fiscal e Base negativa de CSLL				
Prejuízo fiscal	16.640	-	5.666	-
Base negativa de CSLL	6.024	-	2.074	-
Sobre diferenças temporárias ativas				
Provisão para contingências	50.755	3.897	36.913	-
Total do Ativo	73.419	3.897	44.653	-
Sobre diferenças temporárias passivas				
Valor justo de propriedade para investimento	(10.263)	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.106)	(13.080)	-	(2.356)

Diferença de base de depreciação	-	(5.405)	-	-
Notas não embarcadas	(2.203)	-	-	-
Alocação de ágio - Goodwill e intangíveis	(6.925)	(9.019)	-	-
Outros	(307)	(3.865)	-	(3.723)
Total do Passivo	(20.804)	(31.369)	-	(6.079)

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que sejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

<u>Variação dos impostos diferidos</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo inicial de impostos diferidos, líquidos	(27.472)	(6.079)
Alocado ao resultado	85.195	47.010
Alocado ao patrimônio líquido	(1.106)	3.723
Compensação Programa de Regularização Tributária	(537)	-
Transferência para mantidos para Venda	(3.465)	-
Saldo final de impostos diferidos líquidos	52.615	44.654

O valor do prejuízo fiscal e base da contribuição social negativa sobre os quais não se registram impostos diferidos totalizam, no consolidado, R\$ 925.825. Já na controladora todo o montante do prejuízo fiscal e base da contribuição social negativa foram constituídos impostos diferidos.

Os principais saldos de prejuízo fiscais e bases negativas se encontram na controladora Taurus Armas S.A e no consolidado (Polimetal).

Reconciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e da contribuição social (Operação Continuada)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(135.595)	(276.994)	(104.351)	(304.427)
Alíquota fiscal combinada:	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>46.102</u>	<u>94.178</u>	<u>35.479</u>	<u>103.505</u>
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	(555)	(7.468)	(555)	(402)
Preço de transferência	-	(4.081)	-	(4.081)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	4.838	(35.527)
Exclusões permanentes				
Reintegra	1.689	2.985	1.649	2.985
Incentivos fiscais de controladas	-	1.588	-	-
Efeitos alíquota diferenciada de controlada com lucro presumido	(2.455)	262	-	-
Diferido constituído sobre prejuízo fiscal de anos anteriores	22.664	-	7.740	-
Ajuste variação cambial caixa x competência	3.007	-	3.007	-
Compensação prejuízo fiscal e base negativa no PRT	-	40.741	-	32.882
Diferido não constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(3.636)	(43.105)	-	(26.248)
Diferido não constituído sobre variação cambial não realizada	-	(2.729)	-	(2.761)
Diferido não constituído sobre provisão de processos Trabalhistas/Cível/Fiscais	(4.571)	(39.723)	(4.571)	(37.471)

Diferido não constituído sobre outros itens	-	(51.682)	-	(14.483)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	62.246	(9.034)	47.588	18.399
Corrente	(6.225)	13.175	-	-
Diferido	68.471	(22.209)	47.587	18.399
	62.246	(9.034)	47.587	18.399

A Companhia constituiu seus tributos diferidos ativos somente no montante considerado provável de realização por meio de resultados tributáveis futuros projetados. Caso a expectativa de lucros tributáveis futuros fosse maior, o montante a ser constituído referente a tributos diferidos também seria maior.

Composição da totalidade de bases de cálculo e os respectivos tributos diferidos ativos que seriam passíveis de constituição:

	2018				Consolidado 2017			
	Base	25%	9%	Total	Base	25%	9%	Total
Varição Cambial	-	-	-	-	18.702	4.676	1.683	6.359
Ajuste de avaliação Patrimonial	(3.253)	(813)	(293)	(1.106)	(28.354)	(7.089)	(2.552)	(9.640)
Valor justo de propriedade para investimento	(30.186)	(7.547)	(2.717)	(10.263)	(34.255)	(8.564)	(3.083)	(11.647)
Notas não embarcadas	(6.480)	(1.620)	(583)	(2.203)	3.091	773	278	1.051
Goodwill e Intangíveis	(20.368)	(5.092)	(1.833)	(6.925)	(16.514)	(4.129)	(1.486)	(5.615)
Outros	22.050	5.513	1.985	7.497	-	-	-	-
Faturamento nao Entregue - MI	3.813	953	343	1.296	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.425	5.106	1.838	6.945	31.187	7.797	2.807	10.604
Provisão para perdas em estoque	25.749	6.437	2.317	8.755	49.888	12.472	4.490	16.962
Provisão para perda - Aplicação Financeira	2.989	747	269	1.016	-	-	-	-
Provisão Despesas Tributárias	7.363	1.841	663	2.504	-	-	-	-
Participação no Resultado	5.302	1.326	477	1.803	2.155	539	194	733
Comissao de agentes	736	184	66	250	4.045	1.011	364	1.375
Provisão Honorários Despesas Tributarias	103	26	9	35	6.351	1.588	572	2.159
Provisão Pensões Vitalícias	2.182	546	196	742	-	-	-	-
Provisão de Contingências	113.091	28.273	10.178	38.451	102.531	25.633	9.228	34.861
Provisão para Garantia	14.315	3.579	1.288	4.867	16.720	4.180	1.505	5.685
Provisão Compensação Crédito INSS	389	97	35	132	-	-	-	-
Diferenças Taxa Depreciação	4.268	1.067	384	1.451	6.163	1.541	555	2.095
Outros	396	99	36	135	(182)	(46)	(16)	(62)
Sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL								
Prejuízo Fiscal e base negativa CSLL	792.332	198.083	71.310	269.393	584.965	146.241	52.647	198.888
	955.217	238.804	85.969	324.774	746.493	186.623	67.184	253.808

	2018				Controladora 2017			
	Base	25%	9%	Total	Base	25%	9%	Total
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.487)	(372)	(134)	(506)	-	-	-	-
Notas não embarcadas	(2.667)	(667)	(240)	(907)	1.294	324	116	440
Provisão para Devedores Duvidosos	10.361	2.590	932	3.523	14.430	3.608	1.299	4.906
Provisão para perdas em estoque	24.094	6.023	2.168	8.192	47.769	11.942	4.299	16.241
Provisão para perda - Aplicação Financeira	2.989	747	269	1.016	-	-	-	-
Provisão Despesas Tributárias	5.644	1.411	508	1.919	4.176	1.044	376	1.420
Participação no Resultado	4.141	1.035	373	1.408	690	173	62	235
Comissões de Agentes	677	169	61	230	2.842	711	256	966
Provisão Honorários Despesas Tributárias	103	26	9	35	-	-	-	-
Provisão para Contingências	94.357	23.589	8.492	32.081	72.162	18.041	6.495	24.535
Provisão para Garantia	12.847	3.212	1.156	4.368	6.764	1.691	609	2.300
Provisão Compensação Crédito INSS	389	97	35	132	-	-	-	-
Provisão Pensões Vitalícias	1.854	464	167	630	-	-	-	-
Variação cambial	-	-	-	-	18.463	4.616	1.662	6.277
Diferenças Taxa Depreciação	2.262	565	204	769	1.635	409	147	556
Sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL								
Prejuízo Fiscal e base negativa CSLL	46.921	11.730	4.223	15.953	200.950	50.238	18.086	68.323
	202.484	50.621	18.224	68.845	371.175	92.794	33.406	126.200

A parcela dos valores não constituída é representada pelos ativos, uma vez que não há expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis.

14. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

Conciliação do valor contábil

	Consolidado	Consolidado
	2018	2017
<i>Em milhares de Reais</i>		
Edificações, terrenos e benfeitorias	51.390	51.390
Operação de Capacetes – Ativo não circulante mantido para venda	71.161	-
Total ativo não circulante mantido para venda	122.551	51.390
Operação de Capacetes – Passivo mantido para venda	33.270	-
Total passivo mantido para venda	33.270	-

Edificações, terrenos e benfeitorias.

Em 2016 a Taurus Armas S.A. transferiu a operação do Parque Fabril localizado na cidade de Porto Alegre/RS para o Parque Fabril localizado na cidade de São Leopoldo/RS. Em razão disso e considerando os termos do CPC 28 – Propriedade para Investimento, a Companhia, no nível das informações anuais consolidadas, reclassificou os itens antes classificados como Imobilizado para Propriedade para Investimento.

Em 2017, por aprovação do conselho de Administração, foi determinada a venda e a disponibilização para intermediação por especialistas de mercado. Sendo assim, esses imóveis foram reclassificados como "Ativos mantidos para venda".

O valor justo para fins de avaliação de *impairment* foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada.

Local: Avenida do Forte, nº 511 – Porto Alegre (RS)
 Complexo industrial, não ocupado, com 18.600,00 m² de área construída sobre terreno urbano de 29.900,00 m² de área.

Ativo mantido para venda – Operação de Capacetes

Em 27 de março de 2018, o Conselho de Administração, por unanimidade, autorizou a oferta do negócio capacetes, representado pelas empresas Taurus Blindagens Ltda e Taurus Blindagens Nordeste Ltda., ao mercado.

A elaboração de cronograma e esforços de venda ficou sob-responsabilidade de empresa especializada conforme proposta já aceita pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, o grupo de ativos e passivos mantidos para venda estava apresentado conforme o quadro abaixo e compreendia os seguintes ativos e passivos:

Imobilizado/Intangível	21.969
Estoques	17.452
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	31.740
Ativos mantidos para venda	71.161
Fornecedores e outras contas a pagar	33.270
Passivos mantidos para venda	33.270

A companhia não identificou os valores de perda serem reconhecidos.

Os resultados das operações dos ativos mantidos para venda estão apresentados na nota explicativa de segmentos operacionais (nota 6).

15. Investimentos (controladora)

	Controladora									
	Taurus Blindagens Ltda.	Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	Taurus Plásticos Ltda.	Taurus Holdings, Inc.	T. Investments Co. Inc.	Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	Taurus Máquinas- Ferramenta Ltda.(1)	31-12-2018	31-12-2017
Ativo circulante	44.068	11.002	1.175	320.625	5	64.130	260.483	384		
Ativo não circulante	104.793	56.842	3.690	87.716	-	44.774	124.274	841		
Passivo circulante	31.807	15.424	1.172	109.479	-	1.914	105.042	3.193		
Passivo não circulante	4.747	199	27	146.918	-	16.464	49.995	23.689		
Capital social	73.855	9.400	6.355	1.181	42.624	53.292	304.780	293.639		
Patrimônio líquido	112.307	52.221	3.666	151.944	5	90.526	229.720	(25.657)		
Receita líquida	63.617	29.510	866	626.661	-	3.455	177.085	-		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	6.578	1.709	(27)	(17.892)	(38.749)	8.315	47.843	29.453		
Quantidade de ações/quotas	14	9.400	636	302.505	11.000.000	43.623.159	304.779.837	185.007.117		
Percentual de participação direta (%)	0,00%	0,10%	0,01%	100,00%	100,00%	81,86%	100,00%	63,00%		
Saldos iniciais	1	50	-	131.345	33.976	70.910	181.150	-	417.433	521.562
Cisão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial (2)	-	2	-	(17.322)	(38.749)	6.806	47.405	18.557	16.699	(104.490)
Variação cambial sobre investimentos	-	-	-	24.434	4.779	-	-	-	29.213	2.349
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificado para provisão para passivo a descoberto (1)	-	-	-	-	-	-	-	(18.557)	(18.557)	(1.988)
Saldos finais (2)	1	52	-	138.458	6	77.716	228.555	-	444.788	417.433

(1) O passivo a descoberto da controlada Taurus Máquinas-Ferramentas Ltda., no valor de R\$ 16.165, está apresentado na rubrica de "Provisão para passivo a descoberto" no passivo não circulante.

(2) Para fins de apuração dos valores de investimento, o valor do patrimônio líquido e do resultado de cada investida é ajustado pelos lucros não realizados em transações entre as empresas.

Operação no exterior

A Taurus Holdings, Inc., controlada localizada nos Estados Unidos, é controladora da Taurus International Manufacturing Inc., da Braztech International L.L.C. e de outras subsidiárias localizadas também em território norte-americano, atuando principalmente na revenda de armas importadas da Taurus Armas S.A., destinadas a atacadistas naquele mercado. Os principais saldos contábeis da controlada estão apresentados abaixo:

	Taurus Holdings, Inc.	
	2018	Consolidado 2017
Ativo	404.315	339.379
Passivo	252.371	170.357
Receita líquida	626.661	541.270
Prejuízo do exercício	(17.892)	(46.262)

16. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído, líquidos dos efeitos fiscais, aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra e de quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são aproximadamente as seguintes:

Grupo	Vida útil
Edifícios	27 anos
Máquinas e equipamentos	15 a 20 anos
Matrizes e ferramentas	5 anos
Móveis	15 anos
Outros componentes	5 a 6 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

Custo ou custo atribuído	Consolidado								
	Terrenos	Edifícios	Maquinas e instalações	Móveis e computadores	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldo 31 dezembro 2016	18.217	127.557	241.953	23.243	1.020	40	18.222	297	430.549
Adições	-	1.662	13.054	924	-	-	4.730	112	20.482
Alienações	(2.386)	(1)	(4.955)	(555)	(113)	(40)	(153)	-	(8.203)
Transferências	(370)	11.409	6.931	916	18	-	(18.904)	-	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	137	658	724	125	3	-	-	-	1.647
Saldo 31 dezembro 2017	15.598	141.285	257.707	24.653	928	-	3.895	409	444.475
Adições	1.296	156	7.168	751	-	-	3.237	44	12.652
Alienações	(9.268)	(55.565)	(8.165)	(56)	(92)	-	-	(88)	(73.234)
Transferências	-	(134)	2.081	336	-	-	(2.283)	-	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	1.176	7.637	9.352	1.398	33	-	-	-	19.596
Efeito das Operações Descontinuadas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações Líquidas do Exercício	-	91	(4.756)	91	(51)	-	1.835	-	(2.790)
Transferência para Mantidos para Venda	(76)	(12.402)	(26.014)	(2.359)	(535)	-	(2.392)	(150)	(43.928)
Saldo 31 dezembro 2018	8.726	81.068	237.373	24.814	283	-	4.292	215	356.771
Depreciação									
Saldo 31 dezembro 2016	-	(26.912)	(149.549)	(14.399)	(845)	-	-	-	(191.899)
Depreciação no exercício	-	(7.469)	(24.992)	(2.158)	(57)	-	-	-	(34.676)
Alienações	-	-	4.663	555	106	-	-	-	5.518
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	-	(179)	(446)	(104)	(3)	-	-	-	(732)
Saldo 31 dezembro 2017	-	(34.560)	(170.324)	(16.106)	(799)	-	-	-	(221.789)
Depreciação no exercício	-	(7.068)	(22.516)	(1.732)	(2)	-	-	-	(31.318)
Alienações	-	17.888	7.330	69	55	-	-	-	25.342
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	-	(2.260)	(5.507)	(1.237)	(33)	-	-	-	(9.037)
Efeito das Operações Descontinuadas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações Líquidas do Exercício	-	(546)	588	(97)	80	-	-	-	25
Transferência para Mantidos para Venda	-	3.720	18.553	1.746	416	-	-	-	24.435
Saldo 31 dezembro 2018	-	(22.826)	(171.876)	(17.357)	(283)	-	-	-	(212.342)
Valor contábil									
Dezembro de 2017	15.598	106.725	87.383	8.547	129	-	3.895	409	222.686

Dezembro de 2018	8.726	58.242	65.497	7.457	-	-	4.292	215	144.429
	Controladora								
Custo ou custo atribuído	Edifícios	Maquinas e instalações	Móveis e computadores	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total		
Saldo 31 dezembro 2016	10.110	60.514	5.978	134	8.728	-	85.464		
Adições	606	1.520	551	-	2.753	2	5.432		
Alienações	-	(643)	-	(9)	(83)	-	(735)		
Transferências	6.363	1.419	549	-	(8.331)	-	-		
Saldo 31 dezembro 2017	17.079	62.810	7.078	125	3.067	2	90.161		
Adições	82	1.290	236	-	1.681	44	3.333		
Alienações	-	(192)	(25)	(92)	-	-	(309)		
Transferências	145	1.876	329	-	(2.350)	-	-		
Saldo 31 dezembro 2018	17.306	65.784	7.618	33	2.398	46	93.185		
Depreciação									
Saldo 31 dezembro 2016	(1.796)	(41.421)	(3.779)	(70)	-	-	(47.066)		
Depreciação no exercício	(1.517)	(5.266)	(642)	(18)	-	-	(7.443)		
Alienações	-	518	-	2	-	-	520		
Saldo 31 dezembro 2017	(3.313)	(46.169)	(4.421)	(86)	-	-	(53.989)		
Depreciação no exercício	(1.881)	(4.821)	(685)	(2)	-	-	(7.389)		
Alienações	367	331	39	55	-	-	792		
Saldo 31 dezembro 2018	(4.827)	(50.659)	(5.067)	(33)	-	-	(60.586)		
Valor contábil									
Dezembro de 2017	13.766	16.641	2.657	39	3.067	2	36.172		
Dezembro de 2018	12.479	15.125	2.551	-	2.398	46	32.599		

Imobilizado em andamento

O saldo de imobilizado em andamento refere-se a máquinas e equipamentos ainda em fase de implantação e construções em andamento. Esses bens devem entrar em operação no decorrer do exercício de 2019.

Garantia

A Companhia utiliza seus ativos como garantidores dos recursos obtidos junto às instituições financeiras. Apesar de grande parte de o ativo imobilizado estar garantindo operações de empréstimos e financiamentos, historicamente as garantias com ativos nunca foram utilizadas. Em 2018 a Companhia utiliza o montante de R\$ 46.551 em garantias (R\$ 70.763 em 31 de dezembro de 2017).

17. Intangível

Ágio

O ágio resultante da aquisição de investimentos, após as devidas alocações, é incluído nos ativos intangíveis. Na demonstração da controladora são apresentados no grupo de investimento.

Ágios gerados em combinações de negócios são classificados no intangível e foram determinados de acordo com as práticas contábeis vigentes à época de cada combinação, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução do valor recuperável.

Outros intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, enquanto que o custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Os saldos apresentados estão deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos de desenvolvimento que envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

A amortização dos ativos intangíveis, que não ágio, está baseada em suas vidas úteis estimadas e é reconhecida no resultado através do método linear. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são aproximadamente 5 anos para custos de desenvolvimento e implantação de sistemas.

Em 31 de dezembro de 2018, a companhia realizou teste de recuperabilidade dos ativos fixos, conforme nota explicativa 17.

Esclarecemos, ainda, que a recuperação do valor contábil dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida é avaliada anualmente utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa.

	Consolidado					
	Software	Marcas e patentes	Relacionamento Clientes	Goodwill	Desenvolvimento de produtos	Total
Custo						
Saldo 31 dezembro 2016	6.229	21.043	13.796	43.905	5.119	90.092
Aquisições	118	-	-	-	577	695
Efeitos da Variação Cambial	-	703	750	(1.074)	60	439
Saldo 31 dezembro 2017	6.347	21.746	14.546	42.831	5.756	91.226
Aquisições	884	-	-	1	3.486	4.371
Baixas	-	-	-	-	(1.583)	(1.583)
Efeitos da Variação Cambial	-	1.790	2.399	1.749	1.066	7.004
Efeito das Operações Descontinuadas:						
Movimentações Líquidas do Exercício	-	18	-	-	-	18
Transferência para Mantidos para Venda	(1.305)	(1.284)	-	-	-	(2.589)
Saldo 31 dezembro 2018	5.926	22.270	16.945	44.581	8.725	98.447
Amortização						
Saldo 31 dezembro 2016	(1.633)	(6.840)	(6.438)	-	-	(15.746)
Amortização do exercício	(820)	(91)	(1.463)	-	(2)	(2.376)
Efeitos da Variação Cambial	(137)	(457)	(336)	-	-	(95)
Saldo 31 dezembro 2017	(2.590)	(7.388)	(8.237)	-	(2)	(18.217)
Amortização do exercício	(855)	-	(1.701)	-	(356)	(2.912)
Efeitos da Variação Cambial	-	-	(1.360)	-	(291)	(1.651)
Efeito das Operações Descontinuadas:						
Transferência para Mantidos para Venda	112	-	-	-	-	112
Saldo 31 dezembro 2018	(3.333)	(7.388)	(11.298)	-	(649)	(22.668)
Valor Contábil						
Dezembro de 2017	3.757	14.358	6.309	42.831	5.754	73.009
Dezembro de 2018	2.593	14.882	5.647	44.581	8.076	75.779

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

Para teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais do Grupo, que representam o nível mais baixo dentro do Grupo, em que o ágio é monitorado para os propósitos da administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais do Grupo.

Unidade geradora de caixa 2018

Armas	42.831
-------	--------

O teste de recuperabilidade para a UGC mencionada acima é realizado anualmente com base no valor justo menos as despesas de venda, o qual é estimado baseado nos fluxos de caixa descontados. Em 31 de dezembro de 2018, os testes realizados não indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas por impairment sobre o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, bem como sobre o ativo imobilizado.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa e taxas de crescimento. As premissas utilizadas são conforme abaixo:

Unidade geradora de caixa	Taxa de desconto	Taxa de crescimento
	WACC	médio
	2018	2018
Armas	16,1%	4,0%

Taxa de desconto

A taxa de desconto para a UGC é representada por uma taxa após impostos (pos-tax rate) baseada nos títulos de renda fixa do tesouro norte-americano (T-Bond) de 20 anos, ajustadas por um prêmio de risco que reflete os riscos de investimentos em títulos patrimoniais e o risco sistemático da Unidade em questão. Foi estimada, baseada na experiência da Administração com os ativos desta UGC, a média ponderada do custo de capital da indústria em que essa UGC atua, a qual foi calculada com base em uma possível relação dívida/capital total de 17,06% para UGC Armas a uma taxa de juros de mercado de 15,85%.

Taxa de crescimento e perpetuidade

As projeções estão de acordo com o *Business Plan* elaborado pela Administração da Companhia. Espera-se que o crescimento projetado das vendas esteja em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico do País. Após o período de projeção, foram considerados o crescimento e percentual constante de crescimento econômico (crescimento na perpetuidade).

Para cálculo da perpetuidade foi adotado uma taxa de crescimento nominal de 3,8% em linha com a expectativa de inflação de longo prazo projetado pelo BACEN e indicadores macroeconômicos publicados no relatório Focus do BACEN e no relatório *Country Forecast* do *Economist Intelligence Unit* (EIU).

18. Empréstimos e financiamentos - Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Consolidado			
				2018		2017	
				Valor contratado	Valor contábil	Valor contratado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos							
Capital de giro	R\$	CDI + 2,00%	2022	27.694	22.240	2.500	993
FINAME	R\$	2,50% a 8,70% a.a.	2021	2.304	464	7.681	1.014
FINEP	R\$	4% a 5,25% a.a.	2020	-	-	14.095	5.564
BNDES	R\$	3,50% a.a.	2020	9.995	3.687	9.995	5.672
FNE	R\$	9,50% a.a.	2019	-	-	9.806	2.821
Adiantamento de recebíveis	R\$	0,246	2019	36.141	48.455	6.136	15.422
Adiantamento de cambio	USD	0,098	2019	43.795	43.795	28.065	24.193
Capital de giro	USD	Libor + 1,55% a 5,6% a.a.	2021	499.162	670.746	499.162	528.709
Capital de giro	USD	80% a 112% do CDI a.a.	2019	65.072	34.466	65.072	53.526
Investimentos	USD	5,33% a.a.	2021	-	-	6.035	15.028
Investimentos	USD	Libor + 2,25% a.a.	2021	-	-	1.731	3.585
				Total	823.853		656.527
				Passivo circulante	195.926		498.557
				Passivo não circulante	627.927		157.970

				2018		Controladora	
				2018		2017	
Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Valor contratado	Valor contábil	Valor contratado	Valor contábil	
Empréstimos bancários garantidos							
Capital de giro	R\$	CDI + 2,00%	2022	27.694	22.240	2.500	993
FINAME	R\$	2,50% a 5,50%	2021	2.304	464	2.304	746
BNDES	R\$	3,50%	2020	9.995	3.687	9.995	5.672
Adiantamento de recebíveis	R\$	24,60%	2019	36.141	48.455	6.136	1.535
Adiantamentos de câmbio	USD	9,80%	2019	43.795	43.795	28.065	24.193
Capital de giro	USD	Libor + 3,00%	2022	424.162	543.947	424.162	439.582
Capital de giro	USD	112,00% do CDI	2019	65.072	34.466	65.072	53.526
Total				697.054	526.247		
Passivo circulante				195.926	479.144		
Passivo não circulante				501.128	47.103		

Cronograma original de vencimentos do passivo não circulante:

Ano de vencimento	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
2018	-	50.673	-	45.227
2019	-	92.259	-	1.861
2020	90.761	1.320	90.761	15
2021	15.673	13.718	15.673	-
2022	521.493	-	394.694	-
	627.927	157.970	501.128	47.103

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, aplicações financeiras, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e hipoteca de imóveis, quotas e aval de controladas. Os avais concedidos pela controladora e suas controladas estão demonstrados na nota explicativa 25 – Partes relacionadas.

Certos contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contêm cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias, entre elas: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações e redução de capital social da Companhia. Caso não sejam atendidas as restrições os credores poderão antecipar o vencimento.

Cláusulas restritivas

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, em 18 de julho de 2018, foi concluído o novo processo de renegociação da dívida junto ao Sindicato de Bancos. O instrumento, que foi incluído no processo de reperfilamento de dívida, prevê o vencimento antecipado em casos de descumprimento de cláusulas contratuais que definem, dentre outras obrigações: a manutenção de determinados índices financeiros, tais como: dívida líquida/EBITDA Ajustado igual ou inferior a 13 vezes em 2018, 8 vezes em 2019, 7 vezes em 2020 e 6 vezes a partir de 2021, além de manter o índice do EBITDA Ajustado/Despesas financeiras igual ou superior a 0,90 em 31 de dezembro de 2018 e 1,20 a partir de 2019.

Tais índices são monitorados pela administração, sendo que os contratos determinam que os índices sejam aferidos anualmente.

19. Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia, em série única, são não conversíveis em ações e distribuídas no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures, com esforços restritos de colocação destinados a 3ª emissão destinada a instituições bancárias.

Debêntures	Principal R\$	Data de emissão	Títulos em circulação	Encargos financeiros	2018	2017
3ª emissão (a)	100.000	13/06/2014	5.000	Taxa DI + 10,30% (2016)	85.088	75.771
				Total do Principal	85.088	75.771
				Passivo Circulante	9.450	75.771
				Passivo Não Circulante	75.638	-
				Total	85.088	75.771
				Custos de transações incorridos	3.584	3.584
				Custos de transações apropriados	3.584	3.544

Custos de transações a apropriar	-	40
----------------------------------	---	----

Cláusulas restritivas

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, em 2018 foi concluído o novo processo de renegociação da dívida da Companhia. O instrumento, que foi incluído no processo de reperfilamento de dívida, prevê o vencimento antecipado em casos de descumprimento de cláusulas contratuais que definem, dentre outras obrigações: a manutenção de determinados índices financeiros, tais como: dívida líquida/EBITDA Ajustado igual ou inferior a 13 vezes em 2018, 8 vezes em 2019, 7 vezes em 2020 e 6 vezes a partir de 2021, além de manter o índice do EBITDA Ajustado/Despesas financeiras igual ou superior a 0,90 em 31 de dezembro de 2018 e 1,20 a partir de 2019.

Tais índices são monitorados pela administração, sendo que os contratos determinam que os índices sejam aferidos anualmente.

20. Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Bônus de performance	2.505	4.463	-	-
Comissões sobre vendas	1.782	3.540	1.725	2.491
Juros acumulados	2	1.036	-	-
Royalties	-	3.730	-	3.730
FEE Sindicato dos bancos	430	5.602	430	5.602
Contas a pagar CBC	48	67.740	48	67.740
Sociedades controladora e controladas	-	-	43.069	49.955
Outros	16.686	5.167	2.233	794
	21.453	91.278	20.601	115.454
Circulante	21.453	88.412	4.436	80.357
Não Circulante	-	2.866	43.069	49.555

21. Salários e encargos sociais

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Salários	6.381	1.413	4.534	883
Contribuições a recolher	14.695	20.458	4.905	8.443
Provisões de férias e 13º salário	10.870	20.055	4.677	8.092
	31.946	41.926	14.116	17.418

22. Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	911	5.376	911	2.402
IPI	5.462	3.909	5.462	3.849
PIS	43	69	-	10
COFINS	200	325	-	47
IMPOSTO ESPECIAL – FAET (USA)	16.457	14.567	-	-
IRRF	8	1.113	(5)	262
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.135	3.740	-	276
PARCELAMENTO PRT	2.312	7.192	1.922	6.645
DEMAIS PARCELAMENTOS	1.453	1.446	1.379	1.485
OUTROS	7.513	7.042	5.783	5.954
	42.494	44.779	15.452	20.930
Circulante	41.902	40.031	14.903	17.944
Não Circulante	592	4.748	549	2.986

A Companhia formalizou adesão, em 26/05/2017, ao Programa de Regularização Tributária – PRT editado pela MP 766/2017 e regulamentado pela IN 1687/2017; esse programa permitiu a consolidação de débitos tributários federais e a compensação de 76% do montante com créditos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL; o saldo de 24% foi parcelado 24 meses.

A consolidação desses débitos segue demonstrada nos quadros abaixo:

	Consolidado							Total
	IPI	IRPJ/CSLL	PIS/COFINS	IOF	IRRF/PCC	INSS		
Valor Principal	30.754	456	9.054	342	1.090	307	42.003	
Multa	6.811	165	2.158	68	368	-	9.570	
Juros	3.686	94	2.030	38	(39)	438	6.247	
	41.251	715	13.242	448	1.419	745	57.820	
Compensação com Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	31.350	543	10.065	341	1.079	566	43.944	
Saldo - Pagamento em 4 parcelas Pagamentos	9.901 (8.250)	172 (143)	3.177 (2.648)	107 (90)	340 (284)	179 (149)	13.877 (11.564)	
Saldo a pagar	1.651	29	529	17	56	30	2.312	

	Controladora							Total
	IPI	IRPJ/CSLL	PIS/COFINS	IOF	IRRF/PCC	INSS		
Valor Principal	29.555	-	5.101	342	711	307	36.016	
Multa	5.911	-	1.020	68	142	-	7.141	
Juros	3.681	-	671	38	76	438	4.904	
	39.147	-	6.792	448	929	745	48.061	
Compensação com Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	29.752	-	5.162	341	706	566	36.527	
Saldo - Pagamento em 4 parcelas Pagamentos	9.395 (7.829)	-	1.630 (1.358)	107 (90)	223 (186)	179 (149)	11.534 (9.612)	
Saldo a pagar	1.566	-	272	17	37	30	1.922	

23. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação, utilizando uma estimativa razoável para ser feita.

A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para perdas com processos judiciais em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas conforme apresentado abaixo:

	Consolidado			
	2018		2017	
	Provisão	Depósito Judicial (1)	Líquido	Líquido
Trabalhistas	55.076	(9.069)	46.007	49.230
Cíveis	39.065	-	39.065	9.863
Tributárias	27.689	(739)	26.950	26.949
	121.830	(9.808)	112.022	86.042
Classificado no passivo circulante	60.272			
Classificado no passivo não circulante	61.558			

	Controladora			
	2018		2017	
	Provisão	Depósito Judicial (1)	Líquido	Líquido
Trabalhistas	35.745	(4.594)	31.151	34.631
Cíveis	33.166	-	33.166	1.163
Tributárias	27.689	(739)	26.950	26.950
	96.600	(5.333)	91.267	62.744
Classificado no passivo circulante	52.501			
Classificado no passivo não circulante	44.099			

(1) Registrado em outros ativos não circulantes.

Segue abaixo movimentação das provisões:

	Consolidado		
	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	74.524	28.007	102.531
Provisões feitas durante o exercício	51.654	-	51.654
Provisões utilizadas durante o exercício	(1.104)	-	(1.104)
Baixa de provisão	(28.369)	-	(28.369)
Efeito de variações	1.016	-	1.016
Efeito das Operações Descontinuadas e Ativos e Passivos Mantidos para Venda			
Transferência Ativos Mantidos para Venda	(3.580)	(318)	(3.898)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	94.141	27.689	121.830

	Controladora		
	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	44.473	27.689	72.162
Provisões feitas durante o exercício	35.306	-	35.306
Provisões utilizadas durante o exercício	(467)	-	(467)
Baixa de provisão	(10.401)	-	(10.401)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	68.911	27.689	96.600

A Companhia e suas controladas possuem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requererem sua contabilização, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	2018		2017		2018		2017	
	Possível	Remoto	Possível	Remoto	Possível	Remoto	Possível	Remoto
Tributário	50.924	4.266	12.141	418	24.788	-	736	-
Cível	96.711	1.935	62.524	351	75.616	493	55.665	200
Trabalhista	59.664	31.777	59.153	6.711	28.846	23.174	39.904	4.547
Outros	-	-	8.438	712	-	-	8.160	330
	207.299	37.798	142.256	8.192	129.250	23.667	104.465	5.077

Processos Administrativos Sancionatórios – PMESP

A Companhia foi citada para apresentar defesa em dois (02) processos administrativos promovidos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo (Processo Sancionatório n.º CSMAM-002/30/16 e Processo Sancionatório n.º 003/30/2016 em aditamento ao Processo n.º CSMAM 01/30/14) onde está sob discussão a possibilidade ou não de descumprimento parcial ou total de contratos para aquisição e fornecimento de 98.465 (noventa e oito mil, quatrocentas e sessenta e cinco) armas de fogo, tipo pistola, modelos 24/7 e 640, entre os anos de 2007 a 2011, no primeiro processo e, também contratos para aquisição e fornecimento de 5.931 (cinco mil, novecentas e trinta e uma) armas de fogo, tipo submetralhadora, modelo SMT 40 no ano de 2011 no segundo processo e seu aditamento, no valor total de R\$ 22.681.

Em relação ao processo Sancionatório n.º CSMAM-002/30/16, a Companhia considera possível alguma perda monetária, mas como se trata de processo administrativo e está em fase de instrução, não há como estimar valores nesse momento, sendo que as sanções a que a mesma está sujeita estão previstas no artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, combinada com o artigo 81 da Lei Estadual (SP) n.º 6.544/89.

Já em relação ao Processo Sancionatório n.º CSMAM 01/30/14, o mesmo foi encerrado e a decisão que suspendeu o direito da Companhia de contratar com a administração pública do Estado de São Paulo pelo período de 2 anos expirou em outubro de 2018, não havendo mais fatos impeditivos que impossibilitem a empresa de celebrar contratos com o Governo do Estado de São Paulo neste momento.

Além disso, no dia 19 de dezembro de 2017, a Companhia recebeu citação de processo judicial no qual o Estado de São Paulo requer a rescisão dos contratos de fornecimento de submetralhadoras firmados em 2011 com a Polícia Militar do Estado de São Paulo e a devolução do valor pago na época, de R\$ 21,7 milhões, acrescidos de atualização monetária e outros consectários legais.

A Companhia já apresentou defesa no processo e de acordo com seus assessores jurídicos, este processo foi qualificado como de perda possível.

Djibouti

Existe ação penal que tramita sob sigilo de Justiça na 11ª Vara Federal de Porto Alegre, contra dois ex-funcionários da Companhia e um cidadão iemenita, por suposta venda irregular de armas no ano de 2013 para o Governo do Djibouti, cujo destino final alegado seria o Iêmen. Embora a Companhia e seus administradores não sejam partes no processo, tão logo a Companhia tomou conhecimento da ação penal, potencialmente lesiva à sua reputação, requereu e teve deferida sua habilitação no processo, na condição de interessada, com o objetivo de bem esclarecer ao juízo sobre os fatos de seu conhecimento e prestar o apoio necessário nas investigações. Não há efeitos estimados ou provisões sobre este tema que estejam ou devam estar refletidos nas informações trimestrais da Companhia nesta data.

Ação Civil Pública - Procuradoria Regional de Sergipe do Ministério Público Federal

A Companhia tomou conhecimento do ajuizamento pela Procuradoria Regional de Sergipe do Ministério Público Federal de uma Ação Civil Pública contra a Taurus e também contra a União Federal (Exército Brasileiro), perante o Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe. Os pedidos estão relacionados a supostos defeitos em alguns modelos de armas produzidas pela Taurus.

Na Ação Civil Pública, o Ministério Público Federal pleiteia liminarmente que i) a Taurus seja impedida de comercializar no Brasil alguns modelos de armas de fogo; ii) a Taurus convoque *recall* nacional para substituição e/ou indenização de acordo com o valor de mercado destes modelos de armas de fogo e iii) a União seja proibida de aplicar a restrição de importação de modelos que possua similar nacional, sob pena de aplicação de multa diária de R\$ 10 (dez mil reais).

Ao final, o Ministério Público Federal pleiteia i) a condenação da União em obrigação de fazer consistente em modificar o R-105 ou editar novo regulamento substitutivo que não crie regime de monopólio na venda de armamentos no Brasil, em prejuízo à livre concorrência; ii) condenação da Taurus à obrigação de fazer consistente em convocar um *recall* nacional no prazo de 20 dias, para reparo, substituição e/ou indenização segundo o valor de mercado desses mesmos modelos de arma; (iii) condenação da União e da Taurus ao pagamento de danos morais coletivos em valor a ser definido pelo juízo, não inferior a R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais).

Em sede de tutela de antecipada, o Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe determinou a obrigação de fazer à Taurus consistente na apresentação de detalhado plano de *recall* das espécies supostamente defeituosas de armas dentro de 90 dias. Os pedidos liminares de suspensão da comercialização dos modelos supostamente defeituosos e de proibição da restrição da importação de armamentos por parte da União, foram indeferidos pelo Juízo.

No julgamento do agravo de instrumento interposto pela Taurus, o Tribunal Federal da 5ª Região suspendeu a eficácia da decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe, na parte em que determina a apresentação, pela Taurus, de plano de *recall* no prazo de 90 (noventa) dias. Atualmente o processo está na fase de apresentação de provas.

De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Taurus, a presente ação é classificada como risco de perda possível.

Ação Cominatória – Estado de Goiás

O Estado de Goiás ajuizou ação judicial contra a Taurus em razão de suposto descumprimento contratual decorrente da venda, pela Taurus, de 2.500 armas de sua fabricação, modelo pistola PT 24/7 PRO D, no valor total de R\$ 4.873 (quatro milhões, oitocentos e setenta e três mil reais), armas estas alegadamente defeituosas e que tais defeitos não teriam sido sanados pela Taurus.

Após a apresentação da contestação pela Taurus, o Juízo de Primeira instância deferiu parcialmente o pedido de tutela antecipada requerido pelo Estado de Goiás e determinou a substituição integral das armas fornecidas e supostamente defeituosas. Contra esta decisão, a Taurus interpôs agravo de instrumento, buscando a concessão de efeito suspensivo, o qual foi indeferido em decisão monocrática pelo Relator. A decisão não é definitiva e o recurso interposto pela Taurus está pendente de julgamento.

Isso posto, as partes firmaram acordo que foi juntado ao processo que prevê a entrega pela PM do Estado de Goiás à Taurus o total de 2.457 pistolas Taurus modelo PT 24/7 PRO D, mediante a substituição por 2.000 (duas mil) Pistolas modelo PT 92 AF. Após o cumprimento do acordo celebrado, o processo foi extinto.

Ação Civil Pública – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ("MPDFT") ajuizou uma Ação Civil Pública com pedido liminar contra a Companhia em razão do suposto fornecimento à Polícia Civil do Distrito Federal de pistolas que não atenderiam às especificações contratuais. Através desta ação, requer a condenação da Taurus a indenizar os danos materiais causados, suspensão temporária da Companhia de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 anos, bem como a sua condenação ao pagamento de dano moral coletivo no valor de R\$ 10.000 (dez milhões de reais). Liminarmente, requereu a indisponibilidade dos valores pleiteados nas contas bancárias da Companhia.

O Juízo da 8ª Vara Cível de Brasília indeferiu o pedido liminar de indisponibilidade nas contas bancárias da Companhia por inexistir prova quanto à alegada necessidade da indisponibilidade imediata dos valores buscados na ação judicial. O MPDFT interpôs agravo de instrumento, recebido pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região sem efeito suspensivo e, nesta data, aguarda julgamento.

Após a apresentação da contestação pela Taurus, o Juiz acolheu o pedido de habilitação do Distrito Federal como litisconsorte do MPDFT e determinou o envio do processo para uma das Varas de Fazenda Pública do Distrito Federal, por se reputar incompetente para o julgamento da ação. A ação tramita agora perante a 1ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal.

A Taurus tomará todas as medidas necessárias para comprovar que as alegações carecem de fundamento e que os produtos comercializados não possuem defeitos de fabricação. No entendimento da Companhia, o risco de perda neste processo é classificado como possível.

Burrow case

Encontra-se na fase de Discovery (equivalente à fase de instrução no processo civil brasileiro) ação judicial proposta por William Burrow, Oma Louise Burrow, Suzanne M. Bedwell e Ernest D. Bedwell contra a Taurus e sua controlada Braztech International L.C nos Estados Unidos. A ação judicial tramita no Estado da Flórida (EUA) perante a *U.S. Court for the Southern District of Florida* e discute supostos defeitos em determinados modelos de revólveres produzidos pela Taurus com a marca Rossi.

Com base nos fatos e circunstâncias até então conhecidos, o atual estágio do processo, o baixo histórico de defeitos reportados por clientes da Companhia e as estipulações da ABA (American Bar Association), não é possível concluir a probabilidade de uma decisão desfavorável para a Companhia. Entretanto, após negociações preliminares realizadas entre as partes, foi encaminhada ao Conselho de Administração da Companhia proposta de acordo para pôr fim à presente ação judicial, sujeito ainda à homologação judicial, caso aprovada pelo Conselho de Administração.

Em 2018, a companhia constituiu provisão para perda esperada nos montantes do acordo (nota 33).

24. Instrumentos financeiros

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos no momento do seu reconhecimento inicial, de acordo com os critérios presentes no CPC 48/ IFRS 9 quando as características de fluxos de caixa e do modelo de negócio da Companhia na gestão dos ativos financeiros. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

a) Derivativos

A Companhia e suas controladas, mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Abaixo resumimos nossas posições com instrumentos derivativos:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Instrumentos financeiros derivativo passivo	-	(242)	-	-
	-	(242)	-	-

Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia, conforme o quadro abaixo:

Instrumento	Moeda de contratação referente ao valor nocional	Nocional em milhares	Consolidado		Consolidado	
			2018		2017	
			Valor justo	Nocional em milhares	Valor justo	
Swap Fixed x Libor (i)	Dólares Americanos - USD	-	-	5.711	(242)	
		-	-	5.711	(242)	

- (i) Swaps moeda convencionais de Libor 6m x CDI com o intuito de fixar o fluxo de pagamento de dívidas atreladas a uma taxa pós-fixada, para uma taxa pós-fixada no mercado interno.

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação.

b) Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2018		Consolidado 2017	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	26.766	26.766	6.679	6.679
Aplicações financeiras	1.053	1.053	2.785	2.785
Contas a receber	140.420	140.420	122.611	122.611
	168.239	168.239	132.075	132.075
Passivos mensurados pelo valor justo				
Contratos de câmbio a termo e Swap da taxa de juros utilizada para operações de <i>hedge</i>	-	-	242	242
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	731.603	711.265	616.912	656.443
Debêntures	85.088	88.866	75.771	75.771
Adiantamentos de câmbio	43.795	43.795	24.193	24.193
Fornecedores	95.102	95.102	99.954	99.954
Adiantamento de recebíveis	48.455	48.455	15.422	15.422
Antecipação de créditos imobiliários	-	-	-	-
	1.004.043	987.483	832.252	871.783

	2018		Controladora 2017	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	5.157	5.157	2.543	2.543
Aplicações financeiras	746	746	2.530	2.530
Contas a receber	114.744	114.744	69.008	69.008
	120.647	120.647	74.081	74.081
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	604.804	594.952	500.519	504.886
Debêntures	9.450	88.866	75.771	75.771
Adiantamentos de câmbio	43.795	43.795	24.193	24.193
Fornecedores	156.165	156.165	134.832	134.832
Adiantamento de recebíveis	48.455	48.455	1.535	1.535
Antecipação de créditos imobiliários	-	-	-	-
	862.669	932.233	736.850	741.217

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos a receber, fornecedores, outras contas a pagar e adiantamentos de recebíveis estejam próximos aos seus valores contábeis. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações trimestrais.

De acordo com os critérios de classificação hierárquica para determinação do valor justo: *Nível 1*: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos e idênticos, que estão acessíveis na data de mensuração; *Nível 2*: preços cotados (podendo ser ajustados ou não), para os ativos ou passivos similares em mercados ativos; e *Nível 3*: ativos e passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis); a Companhia classificou contabilmente os valores justos dos instrumentos financeiros como sendo de nível 2.

25. Partes Relacionadas

				Saldos das controladas em aberto com a controladora		Efeito de resultado das transações das controladas com a controladora		
	Ativo circulante (ii)	Ativo não circulante (iii)	Total de ativo	Passivo circulante (i)	Passivo não circulante	Total de passivo	Receita	Despesa
31 de dezembro de 2017								
Taurus Blindagens Ltda.	731	-	731	997	19.074 (iv)	20.071	-	-
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	26	-	26	775	28.015 (iv)	28.790	-	-
Taurus Holdings, Inc.	23.252	-	23.252	63.901	5.329 (v)	69.230	420.535	-
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	421	-	421	1.681	-	1.681	-	-
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	-	14.044	14.044	-	-	-	-	1.523
Taurus Plásticos Ltda.	46	-	46	-	-	-	-	-
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	18.745	-	18.745	68.411	-	68.411	546	178.416
	43.221	14.044	57.265	135.765	52.418	188.183	421.081	179.939
31 de dezembro de 2018								
Taurus Blindagens Ltda.	364	-	364	888	10.407 (iv)	11.295	-	729
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	187	-	187	329	24.185 (iv)	24.514	-	1.513
Taurus Holdings, Inc.	30.104	-	30.104	75.625	6.241 (v)	81.866	419.693	-
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	377	-	377	1.649	8.478 (iv)	10.127	-	1.414
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	-	18.164	18.164	-	-	-	982	-
Taurus Plásticos Ltda.	47	-	47	-	-	-	-	-
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	24.652	-	24.652	85.096	-	85.096	373	165.660
	55.731	18.164	73.895	163.587	49.311	212.898	421.048	169.316

(i) Refere-se a valores registrados nas rubricas fornecedores - R\$ 103.413, demais contas a pagar - R\$ 59.854 e adiantamento de clientes - R\$ 320

(ii) Refere-se a valores registrados nas rubricas clientes - R\$ 30.753 e demais contas a receber - R\$ 24.978

(iii) Refere-se a valores registrados nas rubricas mútuos financeiros R\$ 18.164 com a controladora Taurus Armas S.A. e são atualizados a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário)

(iv) Representam contratos de mútuo R\$ 43.070 com a controlada Taurus Blindagens Ltda., Taurus Blindagens Nordeste Ltda. E Taurus Investimentos Imobiliários Ltda que são atualizados a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário)

(v) Refere-se à adiantamentos recebidos de clientes - R\$ 6.241

As operações envolvendo a Companhia e a controlada Taurus Holdings, Inc., referem-se a vendas de armas para serem comercializadas pela controlada no mercado americano.

Em relação às operações envolvendo a Companhia e a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., referem-se à compra de produtos em processo, uma vez que a controlada realiza uma parte do processo produtivo do segmento de armas.

As transações realizadas com partes relacionadas observam condições de preços e prazos efetuados de acordo com o pactuado entre as partes e não são comparáveis com as praticadas com outras partes não relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2018 as operações envolvendo Taurus Armas S.A. e CBC referem-se, principalmente, à venda de armas para comercialização e, compra de munições. O montante dessas operações está demonstrado abaixo:

	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita	Despesa
Companhia Brasileira de Cartuchos	813	22.124	-	3.304	36.953
CBC Participações	40.664	163	-	113.710	-
	41.477	22.287	-	117.014	36.953

Remuneração de Diretores e Conselheiros

A remuneração dos diretores e conselheiros inclui salários, honorários e benefícios:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Remuneração e benefícios dos diretores estatutários	2.777	3.429	2.777	3.429
Remuneração e benefícios do conselho de Administração	166	417	166	417
Remuneração e benefícios do Conselho Fiscal	477	357	477	357
	3.420	4.203	3.420	4.203

A Companhia não possui políticas de benefícios de remuneração ao pessoal-chave da Administração que se caracterizem como: benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, remuneração com base em ações ou outros benefícios de longo prazo.

Operações de diretores e conselheiros

Os diretores e conselheiros detêm percentual não material das ações com direito de voto da Companhia.

Avais entre partes relacionadas

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e hipoteca de imóveis.

A controladora concedeu avais para a Taurus USA nos valores equivalentes a R\$ 126.799 (R\$ 113.581 em 31 de dezembro de 2017), e Taurus Blindagens Ltda concedeu equivalente a R\$ 707.294 (R\$ 575.690 em 31 de dezembro de 2017) para a Taurus Armas S.A.

26. Operações Descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- Representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- É parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- É uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

- A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e da demonstração do valor adicionado comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

Em março de 2018, o Conselho de Administração, por unanimidade, autorizou a oferta do negócio capacetes, representado pelas empresas Taurus Blindagens Ltda. e Taurus Blindagens Nordeste Ltda., ao mercado.

A elaboração de cronograma ficou sob responsabilidade de empresa especializada conforme proposta já aceita pela Companhia.

O segmento de capacetes não era anteriormente classificado como uma operação descontinuada ou como mantido para venda. A demonstração do resultado do período comparativo está sendo reapresentada para apresentar a operação descontinuada separadamente das operações continuadas.

Embora as transações intra-grupo tenham sido eliminadas integralmente dos resultados consolidados, a administração optou por atribuir a eliminação de transações entre as operações continuadas e descontinuadas antes da alienação de forma a refletir a continuidade destas operações após a alienação, pois a administração acredita que a informação é útil para os usuários das demonstrações financeiras. Para alcançar esta apresentação, a administração eliminou, a partir dos resultados das operações descontinuadas, as vendas entre segmentos (e custos decorrentes dessas vendas, menos lucros não realizados) feitas antes da sua alienação.

(a) Resultado líquido de operações descontinuadas

	2018	2017
Receita líquida de vendas	84.647	89.618
Eliminação de receitas inter-segmentos	(8.480)	(12.043)
Receitas Externas	76.167	77.575
Despesas / custos / resultado financeiro líquido	(86.306)	(95.523)
Eliminação de despesas inter-segmentos	8.480	12.043
Despesas externas	(77.826)	(83.480)
Resultado das atividades operacionais	(1.659)	(5.906)
Impostos sobre o lucro	4.403	601
Resultado líquido das operações descontinuadas	2.744	(5.305)
Resultado por ação - básico (em R\$)	0,036654	(0,071826)

O resultado de operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2.744 mil (R\$ (5.305) mil em 31 de dezembro de 2017) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

(b) Fluxo de caixa proveniente das operações descontinuadas

	2018	2017
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	7.163	19.165
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(3.355)	(29.671)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.526)	9.782
Caixa líquido gerado pelas operações descontinuadas	1.282	(724)

27. Patrimônio líquido / Passivo a descoberto (controladora)

 a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$ 465.218 (R\$ 404.489 mil em 31 de dezembro de 2017), representado por 74.862.626 ações, sendo 46.445.314 ações ordinárias e 28.417.312 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 05 de outubro de 2018, a Companhia emitiu 4 séries de bônus de subscrição de ações, sendo cada bônus convertido em 1 ação, da seguinte forma: (i) 25 milhões da série A, (ii) 20 milhões da série B, (iii) 20 milhões da série C e (iv) 9 milhões da série D. Os preços de subscrição são R\$ 4,00 reais, R\$, 5 reais, R\$ 6 reais e R\$ 7 reais, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2018, os bônus executados até aquela data foram convertidos automaticamente em capital, no montante equivalente a R\$ 60.729, ratificado em ata de reunião do conselho de administração em 22 de janeiro de 2019.

Ações preferenciais

Ações preferenciais não dão direito a dividendos diferenciados e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, no seu artigo 5º, parágrafo 4º, as ações preferenciais terão direito a voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral acerca das matérias abaixo indicadas, caso em que a cada ação preferencial corresponderá um voto:

- (i) Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- (ii) Aprovação da celebração de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, tais matérias devam ser submetidas à deliberação da Assembleia Geral;
- (iii) Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- (iv) Escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social; e
- (v) Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá apenas enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

Ações autorizadas (em milhares de ações)

	2018	2017
Ações ordinárias	51.851	51.851
Ações preferenciais	103.702	103.702
	155.553	155.553

Ações emitidas e totalmente integralizadas

Ordinárias

Preferenciais

	Quantidade em milhares	Valor em R\$ mil	Quantidade em milhares	Valor em R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2017				
ON - R\$ 2,15 - PN - R\$ 1,94*	46.445	98.857	18.243	35.391
Em 31 de dezembro de 2018				
ON - R\$ 4,79 - PN - R\$ 4,05*	46.445	222.472	28.417	115.089

*Cotação de fechamento da ação na data indicada, multiplicada pelo total de ações existentes na mesma data.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Custo atribuído (Deemed cost)

A rubrica de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para o IFRS. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente pela depreciação dos itens a que se referem ou quando da alienação dos ativos.

Valor justo de propriedades para investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, em 2016 a Companhia reconheceu o valor justo de propriedade para investimento, de acordo com as práticas contábeis brasileiras BR GAAP e internacionais IFRS. O reconhecimento inicial de propriedades para investimento a valor justo é reconhecido no patrimônio líquido. Após o reconhecimento inicial, o valor justo deve ser revisto anualmente e as alterações de valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

Ajustes acumulados de conversão

Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior.

c) Resultado por ação

	2018	2017
Resultado por Ação Básico – Operações Continuadas		
Lucro atribuível aos acionistas (em milhares de R\$)	(62.606)	(280.723)
Saldo de ações no final do exercício	74.862.626	64.688.212
Total de ações conforme CPC 41 – média ponderada	74.862.626	64.688.212
Resultado por ação básico em R\$	(0,8363)	(4,4216)
Resultado por Ação Básico – Operações Descontinuadas		
Lucro atribuível aos acionistas (em milhares de R\$)	2.744	(5.305)
Saldo de ações no final do exercício	74.862.626	64.688.212
Total de ações conforme CPC 41 – média ponderada	74.862.626	64.688.212
Resultado por ação básico em R\$	0,0367	(0,0820)
Resultado por Ação Básico		
Lucro / (prejuízo) atribuível aos acionistas (em milhares de R\$)	(59.862)	(286.028)
Saldo de ações no final do exercício	74.862.626	64.688.212
Total de ações conforme CPC 41 – média ponderada	74.862.626	64.688.212
Resultado por ação básico em R\$	(0,7996)	(4,4216)

d) Transações de capital

A reestruturação societária ocorrida em 27 de maio de 2011 envolvendo a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. e a Companhia resultou em alteração nas participações acionárias entre as partes envolvidas no montante de R\$ 40.996 o qual foi reconhecida no passivo a descoberto na conta transação de capital.

28. Receita operacional líquida

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos.

Se não for possível fazer uma estimativa razoável das potenciais devoluções de mercadorias, quando permitidas, o reconhecimento da receita é diferido até que o período de devolução expire ou até que uma estimativa razoável das devoluções possa ser feita.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita para esses contratos será reconhecida à medida que seja provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada. Consequentemente, para os contratos em que a Companhia não for capaz de fazer uma estimativa razoável das devoluções, espera-se que receitas sejam reconhecidas antes do período de devolução expirar ou de que seja possível realizar uma estimativa razoável. Um passivo de reembolso e um ativo para recuperação serão reconhecidos para esses contratos e serão apresentados separadamente no balanço patrimonial.

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18 e interpretações relacionadas.

Não foi apurado montante a ser ajustado em 1º de janeiro de 2018 em decorrência da adoção desse pronunciamento.

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 25%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0% a 45%
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3% e 7,6%
PIS – Programa de Integração Social	0,65% e 1,65%

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vendas de produtos	988.839	805.788	711.707	616.690
Prestação de serviços	16	76	16	5
Total de receita bruta	988.855	805.864	711.723	616.695
Impostos sobre vendas	(118.123)	(91.707)	(60.295)	(42.826)
Devoluções e abatimentos	(25.445)	(18.899)	(24.797)	(17.486)
Total de receita operacional líquida	845.287	695.258	626.631	556.383

Em razão de suas vendas possuírem vencimento de curto prazo, sendo os efeitos do cálculo de ajuste a valor presente imaterial, a Companhia parou de apresentar o cálculo do valor presente em suas demonstrações financeiras.

29. Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(537.660)	(599.880)	(427.021)	(496.590)
Despesas com vendas	(97.067)	(94.354)	(42.719)	(40.500)
Provisão para perda de valor recuperável de instrumentos financeiros	(3.024)	1.837	420	(1.380)
Despesas gerais e administrativas	(146.596)	(139.677)	(84.820)	(84.283)
Outras despesas operacionais	(78.033)	(40.499)	(29.520)	(32.637)
	(862.380)	(872.573)	(583.660)	(655.390)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(34.230)	(37.052)	(5.550)	(8.019)
Despesas com pessoal	(228.263)	(254.032)	(69.660)	(88.991)
Despesas Tributárias	31.975	(29.023)	(4.399)	(29.910)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(274.795)	(298.019)	(370.678)	(422.646)
Materiais Auxiliares, conservação e manutenção	(37.489)	(44.831)	(7.200)	(5.978)
Fretes e seguros	(29.988)	(26.909)	(17.624)	(15.351)
Serviços de terceiros	(45.167)	(38.762)	(31.194)	(16.698)
Propaganda e publicidade	(21.531)	(20.511)	(4.694)	(4.339)
Despesas com garantia de produto	(13.356)	(4.521)	(13.390)	(6.232)
Água e energia elétrica	(12.228)	(15.868)	(1.470)	(3.093)
Viagens e estadias	(6.652)	(4.948)	(2.973)	(3.221)
Despesas com comissões	(23.973)	(14.492)	(10.832)	(2.627)
Custo do imobilizado baixado	(49.475)	(2.685)	(80)	(215)
Provisão para contingência	(41.295)	(44.610)	(35.448)	(36.637)
Aluguéis	(1.213)	(1.037)	(993)	(856)
Outras despesas (i)	(74.700)	(35.273)	(7.475)	(10.577)
	(862.380)	(872.573)	(583.660)	(655.390)

(i) Na conta de outras despesas encontram-se os valores referentes ao custo decorrente da venda dos imóveis na controlada Taurus International.

30. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro abrange principalmente receitas de juros sobre fundos de investimentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge. O resultado financeiro é reconhecido dentro do período de competência.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras				
Juros	(61.478)	(84.349)	(60.404)	(80.031)
Variações cambiais	(132.163)	(13.618)	(126.217)	(13.001)
IOF	(1.876)	(1.659)	(1.620)	(1.172)
Outras despesas	(16.166)	(15.612)	(12.879)	(16.982)
	(211.683)	(115.238)	(201.120)	(111.176)
Receitas financeiras				
Juros	5.676	3.288	3.399	1.844
Variações cambiais	22.149	494	21.617	372
Outras receitas	278	1.172	262	1.130
	28.103	4.954	25.278	3.346
Resultado financeiro líquido	(183.580)	(110.284)	(175.842)	(107.830)

31. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A suficiência da cobertura de seguros é determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Em 2018, a cobertura de seguros para a Companhia era a seguinte:

	2018	
	Consolidado	Controladora
Danos materiais	428.592	80.000
Responsabilidade civil	196.534	15.000
Lucros cessantes	200.583	200.583

32. Provisão para garantia de produtos

A Companhia quantifica e registra uma estimativa para os custos relacionados com a garantia, de acordo com histórico e os custos de reparação atuais. A provisão para garantia do produto assegura que os custos de reparação em caso de reposição ou reparo não afetem os resultados operacionais de períodos em que ocorrem esses custos adicionais, assim os valores são provisionados por competência. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 os saldos são apresentados como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Mercado Interno	14.122	8.232	12.654	6.764
Mercado Externo	9.360	8.488	-	-
Total	23.482	16.720	12.654	6.764
Passivo circulante	17.903	11.974	12.654	6.764
Passivo não circulante	5.579	4.746	-	-

33. Eventos Subsequentes

Memorando de entendimento – Joint Venture – Índia

Em 18 de fevereiro de 2019, A Taurus Armas S.A., informou aos seus acionistas e ao mercado que o seu Conselho de Administração, em reunião realizada em 14/02/19, aprovou a assinatura de um memorando de entendimentos (MoU), não vinculante, para permitir o estudo de viabilidade da constituição de uma *joint venture* na Índia, com uma grande empresa do ramo siderúrgico local.

O Memorando de Entendimento foi assinado com o objetivo da joint venture, se obtidas todas as autorizações estatutárias e legais, será a fabricação e a comercialização de armas no território Indiano, de acordo com programa local denominado "Make in India" que visa desenvolver a indústria bélica local. A partir da assinatura do MoU, as partes terão até 180 dias para concluir os estudos de criação da joint venture e o plano de negócios a ser desenvolvido. Durante este período, a empresa local participará das licitações com os produtos Taurus, para as Forças Armadas e Policiais, e será estabelecida a participação de cada uma das partes envolvidas bem como as demais condições para efetivação da joint venture.

A celebração desse Acordo é mais um passo importante na estratégia global da Taurus no processo de reestruturação baseado em rentabilidade sustentável, qualidade e melhora dos indicadores financeiros e operacionais, além do forte investimento no desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

Emissão de Bônus de Subscrição pela Companhia.

Em 15 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Taurus Armas S.A., aprovou o cancelamento de

sobras dos bônus de subscrição, correspondentes a 5.603 bônus da série A, bem como 94.523 bônus de subscrição da série A subscritos no âmbito de pedidos condicionados de subscrição objeto de retratação, todos emitidos de acordo com deliberação tomada em reunião deste conselho realizada em 5 de outubro de 2018. Foram cancelados, portanto, 100.126 bônus da série A correspondentes a apenas 0,1353% do total de bônus emitidos.

Passando a emissão a serem representadas pelas seguintes quantidades e mantendo as mesmas condições previstas na Proposta da Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração na reunião do dia 05 de outubro de 2018, cujas principais características são as seguintes:

Quantidade e Forma: Até 73.89.874 de bônus de subscrição, todos nominativos e escriturais.

Emissão: Privada, dirigida prioritariamente aos atuais acionistas da Companhia, dentro do limite do capital autorizado da Companhia e sem respeitar a proporção atualmente existente entre ações ordinárias e ações preferenciais da Companhia, sendo certo que o número de ações preferenciais não pode ultrapassar 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas pela Companhia.

Razão Principal para Emissão: Redução do endividamento da Companhia.

Séries: 4 (quatro) séries da seguinte forma: (i) até 24.899.874 bônus da série A; (ii) até 20.000.000 bônus da série B; (iii) até 20.000.000 bônus da série C; e (iv) até 9.000.000 bônus da série D.

Direito de Subscrição: Cada bônus de subscrição, independentemente da série, dará ao seu titular o direito de subscrever 1 ação preferencial de emissão da Companhia, a qual terá os mesmos direitos atribuídos às demais ações preferenciais da Companhia.

Limite Mínimo da Emissão: Será permitida a subscrição parcial dos bônus de subscrição desde que sejam subscritos bônus que perfaçam o limite mínimo total de 50% do total emitido, sendo certo que a TAURUSPAR PARTICIPAÇÕES S.A. (nova denominação da CBC - PARTICIPAÇÕES S.A.), na qualidade de acionista controladora da Companhia, informou o compromisso de subscrever a totalidade dos bônus de subscrição a que fizer jus no âmbito do seu direito de preferência e que avaliará a oportunidade de solicitar a reserva de sobras para eventual subscrição adicional.

Preço de Emissão do Bônus: (i) R\$0,20 para os bônus da série A; e (ii) R\$0,10 para os bônus das demais séries.

Preço de Exercício do Direito de Subscrição: (i) R\$4,00 para as ações decorrentes dos bônus da série A; (ii) R\$5,00 para as ações decorrentes dos bônus da série B; (iii) R\$6,00 para as ações decorrentes dos bônus da série C; e (iv) R\$7,00 para as ações decorrentes dos bônus da série D. Tais preços foram estabelecidos com base no art. 170, §1º, inciso III da Lei das S.A., considerando o preço médio da ação preferencial da Companhia (FJTA4) ponderado pelo volume negociado nos pregões da B3 no período de 3 meses compreendidos entre 02/07/2018 e 02/10/2018 (e que equivale a R\$4,00) e a progressividade do valor das ações em função da duração dos títulos.

Forma de Integralização dos Bônus e do Preço de Exercício: Em dinheiro ou com créditos constituídos de operações entre as partes e a Companhia, que tenham valor líquido e certo e estejam reconhecidos na contabilidade.

Prazo de Exercício: (i) até 05.04.2019 para os bônus da série A; (ii) até 05.07.2019 para os bônus da série B; (iii) até 07.10.2019 para os bônus da série C; e (iv) até 05.10.2020 para os bônus da série D.

Direito de Preferência: Será garantido aos acionistas direito de preferência para subscrição dos bônus.

Rateio de Sobras: 1 (uma) rodada de rateio. Se, após essa rodada, persistirem sobras, o saldo não rateado correspondente a volume inferior ou igual a 5% da emissão será vendido em bolsa, em benefício da

Companhia, nos termos do art. 171, §7º da Lei das S.A., sem necessidade de prévio registro na CVM, conforme facultado pelas Instruções CVM 168 e 400. O saldo que sobejar o valor acima será cancelado.

Negociação: Os bônus de subscrição serão admitidos à negociação na B3, em data a ser oportunamente avisada aos acionistas pela diretoria.

(b) Autorizar a diretoria da Companhia a adotar todos os procedimentos necessários para a efetivação da emissão ora aprovada.

BURROW CASE

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de janeiro de 2019, foi aprovada a celebração de um acordo preliminar para pôr fim à ação judicial proposta no U.S. District Court for the Southern District of Florida por William Burrow, Oma Louise Burrow, Suzanne M. Bedwell e Ernest D. Bedwell contra a Taurus e sua controlada nos Estados Unidos, Braztech International L.C. (em conjunto, "Companhias"). O acordo foi homologado preliminarmente em 15 de março de 2019 pelo juiz federal responsável pelo processo nos Estados Unidos.

Em 2018 a Companhia registrou provisão para perda do valor equivalente a US\$ 5.560 que é a perda esperada no caso.

A administração da Taurus entende que a celebração deste acordo é um grande passo para minimizar impactos financeiros à Companhia e dar mais estabilidade à gestão. Esta decisão corrobora com o processo de reestruturação que a empresa está vivendo, buscando rentabilidade sustentável e melhora dos indicadores financeiros e operacionais.

O referido acordo pende de homologação final pela Corte Americana prevista para ocorrer ainda no segundo semestre de 2019. Todos os pagamentos previstos no acordo somente se tornarão obrigatórios após a aprovação final e definitiva.

Conselho de Administração

Jorio Dauster Magalhães e Silva - Pres. Conselho - DF

Bernardo Simões Birmann - Vice Pres. Conselho

Sérgio Laurimar Fioravanti

Magno Neves Fonseca

Armenio de Oliveira dos Santos

Conselho Fiscal

Amoreti Franco Gibbon

Haroldo Zago

Mauro César Medeiros de Mello

Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior – suplente

Nildo Teixeira Freire – suplente

Edson Pereira Ribeiro – uplente

Contadora

Claudia Costa

Gerente de Contabilidade

CRC/RS 055869/O-8

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA DA TAURUS ARMAS S.A. SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Os Srs. Salesio Nuhs, Sergio Castilho Sgrillo Filho, Eduardo Minghelli e Ricardo Machado, Diretores de Taurus Armas S.A., sociedade com sede na Av. São Borja, 2181/Prédio A, CEP: 93.032-000, São Leopoldo, RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.781.335/0001-02, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Taurus Armas S.A. e empresas consolidadas relativas ao período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

São Leopoldo, 26 de abril de 2019.

Salesio Nuhs
Diretor Presidente

Sergio Castilho Sgrillo Filho
Diretor Administrativo Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Minghelli
Diretor sem designação específica

Ricardo Machado
Diretor sem designação específica

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA DA TAURUS ARMAS S.A. SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Srs. Salesio Nuhs, Sergio Castilho Sgrillo Filho, Eduardo Minghelli e Ricardo Machado, Diretores da Taurus Armas S.A., sociedade com sede na Av. São Borja, 2181/Prédio A, CEP: 93.032-000, São Leopoldo, RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.781.335/0001-02, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas pela KPMG Auditores Independentes, constantes do Relatório de Revisão dos Auditores Independentes relativo as Demonstrações Financeiras do período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, emitido em 25 de abril de 2019.

São Leopoldo, 26 de abril de 2019.

Salesio Nuhs
Diretor Presidente

Sergio Castilho Sgrillo Filho
Diretor Administrativo Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Minghelli
Diretor sem designação específica

Ricardo Machado
Diretor sem designação específica

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal de Taurus Armas S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de março de 2019.

Com base nos exames efetuados e considerando ainda o Relatório dos auditores independentes, KPMG – Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em 25 de março de 2019, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da administração da Companhia no decorrer do exercício, conclui que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Leopoldo, 26 de março de 2019

Haroldo Zago
Presidente

Mauro César Medeiros de Mello
Conselheiro

Amoreti Franco Gibbon
Conselheiro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS DA TAURUS ARMAS S.A.

Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos da Taurus Armas S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, procederam ao exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da Administração relativos ao exercício de 2018 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2018”) e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Leopoldo, 26 de abril de 2019.

Sérgio Laurimar Fioravanti

Bernardo Birmann

Magno Neves Fonseca



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da Taurus Armas S.A.

São Leopoldo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Taurus Armas S.A. (Companhia), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Taurus Armas S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Provisões e passivos contingentes – tributárias, trabalhistas e cíveis

Veja a Nota 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis.</p> <p>A mensuração, o reconhecimento contábil como uma provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a esses processos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento de autoridades, podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, e portanto, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obtenção de confirmação de valores em disputa e situação processual junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas sobre as demandas judiciais e administrativas onde elas figuram como autoras ou rés com vistas à determinação da razoabilidade do valor registrado e das divulgações efetuadas em notas explicativas. • Avaliação, com envolvimento de nossos especialistas tributários e legais em determinados casos, na análise das premissas e fundamentos envolvidos nos principais julgamentos da Administração, como forma de avaliar a adequação dos valores e divulgações feitas nas demonstrações financeiras. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação das provisões e passivos contingentes, os quais foram registrados pela administração, bem como algumas diferenças não ajustadas, as quais foram consideradas imateriais. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o tratamento contábil aplicado sobre contingências, bem como, as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.</p>

Reconhecimento de impostos diferidos ativos

Veja a Nota 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O Grupo possui impostos diferidos ativos, provenientes de diferenças temporárias dedutíveis e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, cujo registro contábil foi efetuado considerando um estudo elaborado pela Companhia e suas controladas e aprovado pelo Conselho de Administração, sobre o montante provável de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para a realização desses ativos.</p> <p>A determinação dos lucros tributáveis futuros contou com o auxílio de especialistas externos contratados pela Companhia e suas controladas, e requereu o uso de estimativas e de julgamento significativos. Mudanças nas premissas utilizadas para exercer esse julgamento significativo podem impactar significativamente o montante desses impostos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, e portanto, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a documentação suporte e as principais premissas utilizadas pela Companhia nas projeções dos lucros tributáveis futuros, como segue: (a) as demonstrações financeiras e relatórios gerenciais contendo dados históricos; (b) orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração; (c) projeções de indicadores macroeconômicos do Banco Central do Brasil – BACEN; e (d) realizamos discussões com a Administração sobre a sua visão para os negócios e perspectivas para as operações da Companhia, bem como, comparamos certos dados com fontes externas e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. • Avaliamos os critérios para a determinação da base tributária, da classificação contábil e da análise da realização dos valores dos tributos diferidos com o uso de nossos especialistas da área tributária; • Avaliamos ainda se as projeções da Companhia indicavam, para a parcela dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidas como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros projetados suficientes para permitir sua realização, bem como avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas da Companhia. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.</p>

Redução ao valor recuperável do ágio (“goodwill”) e do Ativo imobilizado

Veja a Notas 16 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia tem apresentado prejuízos recorrentes e dificuldade de geração de caixa. Com a identificação desses indicadores (“triggers”) a Companhia avaliou a existência de redução no valor recuperável em relação às suas unidades geradoras de caixa (“UGCs”) e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se de modelos de fluxos de caixa descontados elaborados por especialista contratado pela Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração, que exerceram julgamentos significativos e uso de premissas de mercado e de negócios, que incluem (i) crescimento da receita (incluindo participação de mercado e crescimento de volume), (ii) margens operacionais e (iii) taxas de desconto aplicadas aos fluxos de caixa futuros projetados. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de fluxo de caixa descontados das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar significativamente o montante desses ativos reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise do modelo utilizado pela Companhia e suas controladas para determinar as unidades geradoras de caixa. • Análise de razoabilidade dos pressupostos utilizados para a determinação das taxas de desconto e recálculo dessas taxas. • Análise, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, dos fluxos de caixa projetados futuros utilizados nos modelos com vista a determinar se são razoáveis em relação ao cenário econômico atual, aos mercados em que a Companhia e suas controladas atuam, às projeções futuras sobre o desempenho de tais mercados e às projeções de desempenho operacional da Companhia e suas controladas. • Com o auxílio de nossos especialistas de finanças corporativas, avaliamos a análise de sensibilidade das principais premissas utilizadas nos cálculos. • Comparação dos fluxos de caixa projetados, incluindo os pressupostos relativos às taxas de crescimento de receita e margens operacionais com o desempenho histórico para avaliar a razoabilidade das projeções da Companhia. • Avaliação da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumariados, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, o valor do ágio e do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.</p>

Valorização e existência de estoques	
Veja a Nota 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Em 2018, a Taurus Armas continuou reestruturando suas operações, trabalhando na melhoria de seus processos e controles internos vinculados à valorização de estoques e à existência física de estoques de matéria prima e sucatas, resultando em ajustes de inventário físico apurados em contagens efetuadas durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia possui determinados itens de estoques de lenta movimentação cuja realização depende da utilização futura, com base nas expectativas de vendas futuras que afetam os planos de produção. Em razão do risco de erros relevantes associado às mudanças nos processos internos que afetam os controles de estoques de matéria-prima e sucatas e devido ao grau de julgamento e incerteza relacionados à determinação da perda por redução ao valor realizável líquido para itens de lenta movimentação que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esses assuntos significativos para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do desenho operacional dos controles internos chave relativos à valorização e existência dos estoques e das políticas contábeis aplicáveis para o reconhecimento e mensuração de perdas decorrentes de diferenças de inventário e estoques de baixa movimentação. • Acompanhamento dos inventários físicos gerais efetuados pela Companhia e suas controladas no encerramento do exercício, atentando para os controles aplicados no processo para concluirmos sobre a existência, integridade e precisão das contagens efetuadas. • Contagens físicas por amostragem e confrontação com os registros ao final dos procedimentos de inventário executados para avaliar se os lançamentos de ajustes identificados nos registros auxiliares de estoques e registros contábeis da Companhia e suas controladas foram efetuados. • Procedimentos, em base de amostragem, sobre os registros auxiliares de movimentações de estoques para avaliar sobre a existência de itens sem movimentação. • Avaliação dos planos e projeções da Companhia e suas controladas para os itens com evidência de lenta movimentação para concluirmos sobre a razoabilidade dos planos e da perda por redução ao valor realizável líquido • Avaliação da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. <p>As deficiências de controles que chegaram ao nosso conhecimento no desenho dos controles internos relativos à existência dos estoques foram consideradas em nossa avaliação quanto à natureza de nosso trabalho e ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo de estoques no tocante à sua valorização e existência, bem como, as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses



assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 25 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio

Contador CRC SP244525/O-9 T-RS